

entre



DEZEMBRO 2020

EDIÇÃO N.º 2

REVISTA iscte

campus

EntreCampus _ N.º 2

João Morgado Fernandes
Coordenação editorial

Ana Moreira
Direção de Arte

Gabinete de Comunicação
Paginação

Luísa Ferreira
Fotografia

Pacheco Sequeira
Fotografias Iscte – Conhecimento
e inovação

Gabinete de Comunicação
gc@iscte.pt
Redação

Acd Print
Impressão

2184-6545
ISSN

xxxxxx/20
Depósito legal

Publicação semestral
Distribuição gratuita

Iscte
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

© 2020
Todos os direitos reservados

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

- Maria de Lurdes Rodrigues **2** **Editorial**
- Renato Miguel do Carmo **6** **A pandemia e o empobrecimento generalizado**
- Carlos Serrão e Sofia Martins Geraldès **14** **Duas visões sobre a cibersegurança**
- José Maria Neves **24** **A diáspora e as políticas públicas de Cabo Verde**
- Sibila Marques **32** **Saúde, sustentabilidade e desigualdades sociais**
- Paula Vicente **38** **Métodos de pesquisa nas sondagens eleitorais**
- Ana Isabel Xavier **46** **Os jovens e o futuro da União Europeia**
- Nuno Bento **54** **A revolução energética começa em casa**

EDITORIAL

48 anos de história



MARIA DE LURDES RODRIGUES

Reitora

O Iscte – Instituto Universitário de Lisboa foi criado há 48 anos, no quadro de uma reforma das universidades públicas apoiada e induzida pelos setores progressistas e desenvolvimentistas do regime autoritário, designando-se então Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

1. Num primeiro momento, são apenas dois os seus cursos, Ciências do Trabalho e Organização e Gestão de Empresas, afirmando-se no Decreto-Lei fundador, de 1972, o seguinte:

Com a criação dos cursos de Ciências do Trabalho e de Organização e Gestão de Empresas, enriquecem-se e diversificam-se os estudos dirigidos ao desenvolvimento económico e social do mundo português e procura-se dar satisfação à necessidade de novas especializações, nomeadamente no que se refere aos problemas sociais e à moderna gestão empresarial.

Alguns dos protagonistas do projeto de criação do Iscte definiram-no como um “cavalo de Troia”, com o qual se procurava modernizar as universidades e o país. Em 1974, com a revolução de abril, surge a oportunidade de tomar Troia. No Iscte, o curso de Ciências do Trabalho foi transformado na licenciatura de Sociologia, a primeira do país, e é consolidado o lugar do estudo e do ensino da Antropologia Social e da História Contemporânea no currículo dos diferentes cursos, incluindo no de Organização e Gestão de Empresas.

2. De meados da década de 80 até aos anos 2000, assiste-se à expansão das atividades de investigação

e de ensino. No início do novo século, quando se iniciou a adequação dos programas de Ensino Superior ao processo de Bolonha, o Iscte, que tinha entretanto completado 30 anos de existência, oferecia 16 cursos de licenciatura, 32 cursos de mestrado e sete de doutoramento.

O processo de expansão do Iscte fez-se por desdobramento e cruzamento disciplinar, a partir da matriz curricular dos seus dois cursos fundadores. Sociologia e Gestão de Empresas tiveram, desde a origem, matrizes curriculares pluridisciplinares, construídas com o contributo de várias áreas de formação complementar, como a economia, a história, a psicologia, a antropologia, a matemática, a estatística e a informática.

Desde a sua criação, a capacidade de inovação distingue o Iscte das universidades tradicionais. Por um lado, adoptou uma cultura de funcionamento pouco marcada pela rigidez da hierarquia académica, sendo as responsabilidades de ensino e de investigação distribuídas pelo conjunto dos professores, mais em função das suas capacidades e motivações e menos pelo seu posicionamento na carreira docente. Por outro lado, o seu estatuto institucional, isto é, um instituto universitário não integrado nas estruturas mais rígidas das universidades tradicionais permitiu acolher a autonomia, em todos os patamares ou níveis de decisão, do topo à base.

3. No panorama do Ensino Superior público em Portugal, o Iscte é hoje o único instituto universitário especializado. A partir de 2007, com a

adequação dos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento ao processo de Bolonha, e de 2009, com a adoção do regime fundacional, no quadro do novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, o Iscte reformou a sua organização interna e instituiu as suas atuais quatro escolas e 16 departamentos:

- › a Escola de Gestão, constituída pelos departamentos de Marketing, Operações e Gestão Geral, de Contabilidade, de Finanças, de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, de Economia e de Métodos Quantitativos para a Gestão e a Economia;
- › a Escola de Sociologia e Políticas Públicas, constituída pelos departamentos de Sociologia, de Métodos de Pesquisa Social, de Ciência Política e Políticas Públicas e de História;
- › a Escola de Tecnologias e Arquitetura, constituída pelos departamentos de Arquitetura e Urbanismo, de Ciências e Tecnologias de Informação e de Matemática;
- › a Escola de Ciências Sociais e Humanas, constituída pelos departamentos de Economia Política, de Antropologia e de Psicologia Social.

É neste contexto, de aprofundamento das áreas disciplinares fundadoras que continuam a ser criados novos cursos de mestrado e de doutoramento, por desdobramento, cruzamento e aprofundamento disciplinar: Ciência Política, Políticas Públicas, Serviço Social, Economia Política, Administração Escolar, Gestão de Hotelaria e Turismo. Em 2018, seguindo esta trajetória, foram lançados novos

entre

cursos inexistentes no país, em Ação Humanitária, em Ciência de Dados e em Economia Política.

4. Herdeiros deste importante património, preparamos o futuro do Iscte com novos projetos. De entre eles, são de destacar quatro, em pleno desenvolvimento.

Em 2019, foi criado um centro de transferência de conhecimento e tecnologias, o **Iscte – Conhecimento e Inovação**, como espaço de trabalho colaborativo e interdisciplinar, o qual reúne, numa combinação inédita no país, as ciências sociais e humanas e as tecnologias digitais. A complexidade dos problemas que enfrentam as sociedades contemporâneas exige o contributo das ciências sociais e o desenvolvimento das tecnologias digitais, num paradigma que envolva conhecimento interdisciplinar. Esta associação terá instalações no novo edifício do Iscte, com frente para a Avenida das Forças Armadas.

O **projeto Iscte-Sintra** consiste na criação de uma nova escola para o ensino de tecnologias digitais aplicadas, no concelho mais jovem do país. Sintra é não só o concelho do país com mais população jovem, como um dos que tem uma maior incidência de abandono escolar após o ensino secundário, justificando-se por isso a criação de uma oferta de Ensino Superior de proximidade, nas áreas tecnológicas essenciais para a transformação digital do tecido económico e social do concelho. A formação

de jovens e de adultos em tecnologias digitais aplicadas, em diferentes níveis de qualificação, ganhou nova urgência e relevância tendo em conta as diretivas e programas europeus e nacionais nas matérias relativas à transformação digital.

O **projeto Saúde Societal** resulta da convicção de que os problemas de saúde pública convocam o contributo de todas as áreas científicas, incluindo as ciências sociais e humanas e as tecnologias digitais. O Iscte não tem responsabilidades na formação inicial dos profissionais do sector da saúde. Porém, os seus centros de investigação e unidades orgânicas departamentais dispõem de recursos, capacidades, conhecimentos e competências dispersos por diferentes áreas disciplinares, da psicologia, sociologia e ciências da comunicação às tecnologias digitais e redes, da gestão, estratégia, logística e gestão de recursos humanos, às políticas públicas e serviço social, que são essenciais para a resolução dos problemas de saúde que o país enfrenta. Hoje, enfrentar a complexidade dos problemas de saúde pública requer o contributo de todas as disciplinas e áreas científicas, com abordagens multidisciplinares abrangentes. No futuro, a resolução dos problemas de saúde exigirá ainda mais: mais pluridisciplinaridade, mais digital, mais participação dos cidadãos, mais perspectiva global, mais foco no bem-estar. O Iscte afirma o seu contributo neste domínio com a mobilização dos recursos e competência alargados e plurais que possui.



Futuras instalações do
Iscte – Conhecimento e Inovação

Finalmente, a **formação de técnicos superiores e de dirigentes da Administração Pública** é um outro projeto em desenvolvimento, que permite alargar e consolidar a posição do Iscte neste domínio. A crise veio revelar a necessidade de melhorar e valorizar os quadros da Administração Pública e de apoiar os processos de desmaterialização, de desenvolvimento do teletrabalho e de competências em tecnologias digitais. O Iscte, em colaboração com outras instituições de ensino superior, participa num programa de valorização e requalificação do Instituto Nacional de Administração (INA), estando em curso o processo legislativo que conduzirá à criação de um consórcio entre este instituto e três instituições do ensino superior. Com este projeto pretende-se afirmar a experiência do Iscte na formação e ensino nas áreas da administração e das políticas públicas, aprofundando o quadro de relações já existentes entre o Instituto das Políticas Públicas e Sociais (IPPS) e as instituições do setor privado, público e social. Neste contexto, poderá ainda concretizar-se o projeto de criação de um centro de competências para o apoio à transformação digital dos organismos da administração pública central e local, através da utilização da inteligência artificial no tratamento de dados e no desenho de soluções organizativas e de prestação de serviços.

5. Ao longo dos anos, a história do Iscte assentou em quatro traços distintivos que marcaram indelevelmente o seu desenvolvimento. Talvez o principal desafio futuro seja preservar esses mesmos traços,

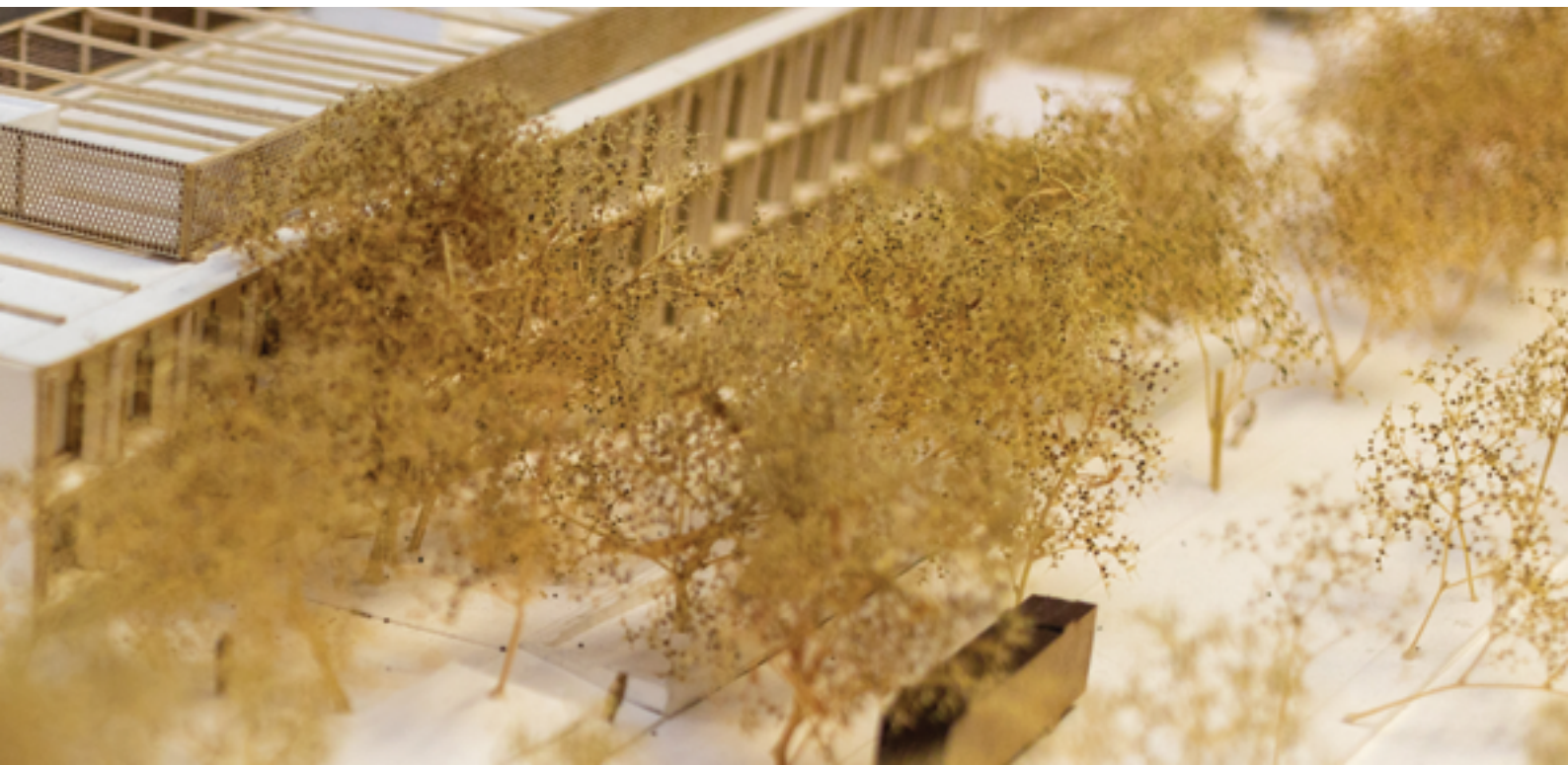
tendo em vista continuar a trajetória que permitiu construir esta instituição, que em breve completará 50 anos.

Em primeiro lugar, o objetivo de modernizar a universidade e o país, através da formação de quadros em moldes e em áreas disciplinares diferentes dos tradicionais. Até hoje, o Iscte manteve-se uma universidade diferente, especializada, que, a partir das suas duas áreas fundadoras, sociologia e gestão, inovou sempre, abrindo novas áreas de ensino e investigação e gerando dinâmicas de criação de novos cursos.

Em segundo lugar, a articulação entre as atividades de ensino e de investigação e produção de conhecimento estabelecida desde a primeira hora. O Iscte tem hoje oito centros de investigação que, em sede de avaliação institucional, têm mantido as mais elevadas classificações de Muito Bom ou Excelente.

Em terceiro lugar, a orientação para a valorização do mundo do trabalho e das empresas, bem como das instituições do sector público, pautada pela intervenção, a relevância e a aplicação dos conhecimentos que produz e ensina aos contextos profissionais do tecido empresarial e do setor público.

Finalmente, o pluralismo, sempre valorizados pela comunidade Iscte. Os elevados graus de liberdade e de diversidade internas permitiram, desde sempre, uma trajetória de dinamismo e inovação. ■





O maior risco é o empobrecimento generalizado

**RENATO MIGUEL
DO CARMO**

Docente Iscte

Investigador CIES-Iscte

Diretor Observatório das Desigualdades

Investigador coordenador DataLABOR

A crise pandémica está a ter consequências devastadoras no mundo do trabalho e, a longo prazo, se não forem tomadas as medidas adequadas, resultará em perdas de rendimentos para a generalidade dos portugueses

Que mudanças mais significativas trouxe a pandemia ao mundo do trabalho, de acordo com os estudos entretanto realizados pelo Colabor?

No mundo do trabalho há dois aspetos fundamentais a considerar: o impacto no desemprego e a questão do regime de *layoff* simplificado. Eles relacionam-se, até certo ponto, mas o que nós identificámos nos vários estudos realizados foi que, com o confinamento e nos meses seguintes, determinados setores pararam quase completamente, havendo já prova estatística disso mesmo. Nomeadamente, os setores ligados ao turismo, à hotelaria, ao setor imobiliário, ao setor dos transportes. Mas também se verificou impacto considerável, embora menos mencionado, em setores da indústria transformadora que dependem dos mercados internacionais. Num primeiro momento, o desemprego afetou principalmente os trabalhadores que estavam numa situação laboral precária nas mais diversas modalidades (sem contrato, com contrato a termo que não foram renovados, em período experimental que depois não foi continuado, ou a realizar um estágio, etc...) Em muitas destas situações, ocorreu um desemprego imediato, incidindo mais sobre a população jovem, que é comprovadamente a camada de trabalhadores onde a precariedade tende a ser mais expressiva. Um exemplo claro disso mesmo foi o que se passou com os condutores de *tuk-tuk*, em que a maioria não tinha qualquer contrato de trabalho, recebiam em numerário e ao dia com comissões de 40% e 50% para o empregador, e que ficaram sem vencimento de um dia para o outro.

Estamos a falar de uma crise de uma muito maior dimensão, quando comparada com outras, como, por exemplo, a crise das dívidas soberanas?

Já todos percebemos que esta crise teve efeitos mais repentinos e bruscos. Agora temos ainda que

aguardar para avaliar o impacto acumulado da primeira e segunda vaga do surto da Covid-19. E isso relaciona-se em parte com a outra questão de que falava há pouco, o regime de *layoff* simplificado. Foram muitos milhares de trabalhadores atingidos e de empresas que solicitaram esse tipo de apoio, e, por isso, é ainda uma incógnita saber qual o resultado final de tudo isso. Desde logo, perceber se quando chegarmos ao período “pós-*layoff*”, quais as empresas que terão sustentabilidade económica e financeira, as que conseguirão sobreviver e a que custo, assim como qual o respetivo impacto no aumento do desemprego. A diferença relativamente à crise anterior é que em termos estatísticos o desemprego ainda não atingiu os valores que tivemos, por exemplo, em 2013, mas não conhecemos ainda como vai ser a sua evolução, sobretudo com o decorrer da segunda vaga do surto. O regime de *layoff* simplificado foi e continua a ser uma medida muito importante, que funcionou como um dique relevante para conter mais desemprego e para garantir o funcionamento das empresas.

Uma realidade que emergiu desta crise foi a do teletrabalho. É uma opção com futuro?

Como ponto de partida, considero que não se deve diabolizar o teletrabalho, mas também não se deve glorificá-lo e considerar que é o novo normal. Há uma discussão muito polarizada sobre este tema e, como em tudo, a solução talvez seja mista desde que devidamente regulada. Nos estudos que temos feito no CoLABOR, não há propriamente consenso sobre a matéria, as pessoas inquiridas têm reações muito diversas sobre essa realidade, há muitos prós e contras. Por outro lado, temos de ter em conta que esta opção surgiu no quadro de um grande confinamento e, depois, das restrições que se lhe seguiram. O teletrabalho levanta questões de regulação

Não se deve diabolizar o teletrabalho, mas também não se deve glorificá-lo e considerar que é o novo normal. Poderá apontar-se para soluções mistas mas devidamente reguladas

muito sensíveis, porque pode originar situações de forte estigmatização, isolamento e muitas outras, em que o trabalhador se sente ainda mais desprotegido do que estaria. Identificámos nesses estudos duas fases distintas de reação das pessoas durante o período de confinamento ocorrido na primavera: no início, percebia-se que tinha sido dolorosa a transição repentina do registo de trabalho presencial para o teletrabalho, em que, por exemplo, havia simultaneamente a telescola, e era necessário conciliar tudo isso com a vida familiar. Essa transição foi particularmente difícil para as pessoas que têm condições de habitabilidade precárias no seu agregado familiar, e também para as mulheres, sobretudo com dependentes a cargo, em que o confinamento acentuou as desigualdades de género. Por seu turno, na fase final do confinamento, identificámos uma certa capacidade de adaptação, muito diversa, consoante as pessoas e os contextos familiares e laborais. É um tema complexo, que extravasa as questões laborais, e que tem impactos diversos, por exemplo, nas áreas metropolitanas e nos seus sistemas de transporte baseados nos eixos casa-trabalho.

O lado positivo, até de algum comodismo, não esconde fatores que podem ser perniciosos?

Exato. Daí que a generalidade das pessoas tenha expressado que, apesar de uma eventual opção ou necessidade de teletrabalho, não dispensam o trabalho presencial.

É possível sistematizar os prós e os contras do teletrabalho?

Nos contras, o teletrabalho pode aprofundar as desigualdades, nomeadamente as desigualdades de género, pode aprofundar as formas de exploração do trabalho, nomeadamente a carga horária, interferir com a privacidade dos trabalhadores, devido a sistemas intrusivos de controlo da “assiduidade”, e ter impacto na relação do trabalhador com a empresa, ficando o trabalhador mais isolado na defesa dos seus direitos e mais distante das esferas de participação cívica e sindical. Do lado positivo, pode haver uma melhor organização do trabalho, o trabalhador ter uma maior capacidade de controlar o seu próprio tempo, de perder



entre

menos tempo nos transportes e na mobilidade urbana, com reflexos na qualidade de vida global. Isto, claro, sempre na lógica da conciliação e regulação dos dois modos e não numa transição total para o teletrabalho.

Para além da acentuação da desigualdade de género, que outras consequências negativas da crise é já possível identificar, nomeadamente ao nível das desigualdades?

Agravou-se a vulnerabilidade social, assim como a perda de rendimento devido a vários fatores. Por exemplo, o desemprego significa uma redução de rendimento, pode não ser imediata se houver subsídio de desemprego, mas, se afetar o casal, a situação torna-se muito problemática. À semelhança da crise anterior, o desemprego conduz ao empobrecimento e, a prazo, ao aumento das desigualdades. Sabemos que as perdas de rendimento estão a afetar mais as pessoas menos qualificadas e os mais jovens. E isso estará certamente a ter consequências nas desigualdades.

Que tipo de emprego vai prevalecer no pós-Covid?

Isso depende de uma variável que não controlamos, que são as políticas. Mas podemos fazer alertas... O que esta crise demonstrou claramente é que a criação de emprego precário não é uma solução sustentável. Essa ideia de que o importante é criar emprego, independentemente do tipo de proteção social e do nível salarial, e que as pessoas se vão mantendo e adaptando, não é solução, porque basta haver uma crise para quase tudo ruir, e não tem de ser uma pandemia. O setor do turismo, por exemplo, é especialmente vulnerável. E não podemos achar que a economia é sustentável se assentar em pés de barro, ou seja, é importante criar emprego, mas emprego com qualidade e protegido. Isso protege o indivíduo, e protege, ao mesmo tempo, a própria sociedade. Muito provavelmente, teríamos uma situação melhor enquanto sociedade se tivéssemos um conjunto mais alargado de pessoas protegidas do ponto de vista da qualidade do emprego. A crise, apesar de tudo, teria um impacto diferente. Pelo menos, haveria mais direitos e garantias. Isto é, mesmo que perdessem o emprego as pessoas poderiam acionar

As perdas de rendimento estão a afetar mais as pessoas menos qualificadas e os mais jovens. Mas as classes médias correm sérios riscos de empobrecimento

um conjunto de apoios e direitos, fazendo com que o impacto nas suas vidas não fosse tão brutal. Por outro lado, esta crise demonstra a importância do trabalho humano. Não podemos ficar dependentes da tecnologia. Na resposta à crise tem sido fundamental o trabalho de pessoas concretas, seja na área da saúde e da educação, seja, por exemplo, nas áreas da higiene, manutenção de espaços, distribuição, etc. É por isso necessário valorizar o trabalho das pessoas.

Em que medida é que uma crise como esta, para além da emergência dos impactos negativos no plano socioeconómico, nos põe perante o risco da emergência de populismos sérios, que signifiquem ameaças à democracia?

Esse é um risco tremendo. Durante muito tempo, achou-se que Portugal era uma espécie de excepcionalidade no contexto europeu relativamente à emergência de movimentos populistas. Contudo, nos anos mais recentes, percebeu-se que a nossa democracia enfrenta alguns destes riscos. Desde a crise anterior gerou-se um mal-estar difuso no seio

de várias camadas sociais. Por exemplo, em estudos recentemente realizados, entrevistámos desempregados de longa duração e, alguns, já sem acesso ao subsídio de desemprego. A maneira como parte destas pessoas projeta o outro (os imigrantes, os estrangeiros ou outros grupos minoritários) tende a ser polarizada, com alguma desconfiança. E isto é, em grande parte, consequência do desespero que advém da situação terrível em que se encontram. Ou seja, tudo o que tenha que ver com a precarização do trabalho, a vulnerabilidade social, a sensação de estar a ficar para trás e num beco sem saída, perceber que se está a empobrecer e sentir isso na pele, e outras fragilidades, pode ser instrumentalizado e manipulado por certos movimentos e discursos populistas com consequências imprevisíveis para a democracia, como já ocorreu noutros países.

A crise veio acentuar essas tensões?

A precaridade e o mal-estar não resultam da atual crise, já vêm de trás. Tal como as desigualdades. Agora todos falam de desigualdades, tema que antes era quase inexistente no espaço público. Mas elas são antigas. As desigualdades são estruturais na nossa sociedade, e continuamos a ter traços em que estas se mantêm. Por exemplo, apesar das evoluções que estão a acontecer no mercado de trabalho verifica-se uma persistência ao nível da desigualdade salarial, ou seja, continuamos a ter um nível salarial muito baixo para parte considerável da população empregada.

Mesmo arriscando um certo nível especulativo, que país vamos ter depois disto?

Tudo depende das políticas e da duração da pandemia. Mas, desde logo, uma coisa é certa: tivemos políticas de urgência, as tais políticas 'dique' para tentar conter, sustar, esta crise, mas, a partir de determinada altura, vamos ter de implementar outro tipo de políticas, mais estruturais. Não se pense que é preciso mudar tudo, muitos vezes trata-se apenas de reforçar determinados setores, como, por exemplo, os serviços públicos, em que é preciso reforçar com mais recursos humanos, melhores condições de trabalho, mais equipamentos, etc... Claro que há questões que têm sempre de ser afinadas, mas no essencial o nosso Estado Social está

organizado e funciona bem, como tem demonstrado. A capacidade de resiliência – eu não gosto muito deste termo... –, do Serviço Nacional de Saúde, depois de ter sofrido tudo o que sofreu durante vários anos, é muito impressionante. Outras reformas serão mais estruturais, como combater a enorme assimetria de rendimentos. Por exemplo, já não basta debatermos a necessidade de aumentar continuamente o salário mínimo, para além disso tem de haver, simultaneamente, uma política salarial e de distribuição do rendimento que tenha em atenção os escalões de rendimento intermédios.

E ao nível do tecido social, vai mudar alguma coisa?

O grande risco, aliás como aconteceu anteriormente, é o empobrecimento da base, dos estratos sociais mais desfavorecidos que se tornam ainda mais vulneráveis, e depois dos estratos e das classes intermédias. E quando refiro salários

O nosso Estado Social está organizado e funciona bem, como foi demonstrado nesta crise, mas é necessário reforçar os serviços públicos, com mais recursos humanos, melhores condições de trabalho, mais equipamentos

DataLABOR, plataforma inovadora sobre emprego, trabalho e proteção social

COLABOR

O CoLABOR, Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social, do qual o Iscte faz parte, apresentou, a 6 de novembro, a DataLabor, uma plataforma eletrónica, de consulta gratuita, que reúne legislação e dados estatísticos portugueses e europeus, nas áreas do emprego, trabalho e proteção social.

A DataLabor vem colmatar uma lacuna existente na disponibilização de dados sobre o mundo do trabalho e da proteção social, relacionando dados e legislação e permitindo analisar, rever e antecipar potenciais impactos, quer de políticas públicas, quer de opções de investimento ou de localização de atividade de privados, numa lógica de ação e prospeção.

Para além de integrar o acesso a bases de dados oficiais nacionais e internacionais,

intermédios estou a falar de remunerações na ordem dos 800 ou 900 euros. Esse é o grande risco. Com a perda parcial de rendimento, que aconteceu quer com o desemprego quer com a aplicação do *layoff* simplificado, se não existir recuperação nesses níveis de rendimento, há um risco terrível de empobrecimento de parte considerável da população, não só das classes sociais mais baixas e desfavorecidas, mas também das classes intermédias, nomeadamente daquelas que trabalham sobretudo no setor privado.

Que papel devem ter as universidades no pós-crise, sobretudo uma universidade como o Iscte que tem uma grande vocação para as políticas públicas e é a grande referência em Portugal nesta área?

Eu diria, não só que papel podemos ter, mas, também, que papel queremos ter. As universidades têm de repensar o seu papel. Os sistemas científico

e universitário, de uma forma geral, vivem numa espécie de bolha, como se estivessem quase à parte da sociedade. Temos de pensar que a ciência, antes de mais, deve ser orientada para a promoção do bem comum e do conhecimento público, essa deve ser a sua função fundamental. E não é isso que está a acontecer neste momento porque, no fundo, todo o sistema e os respetivos mecanismos de avaliação apontam para uma ciência que está afastada dessa orientação. É também uma ciência que se afasta do espaço público e da relação com a sociedade. Por sua vez, é uma ciência basicamente de cariz produtivista, que se orienta em grande medida para a obtenção de verbas e de financiamentos e para a publicação de artigos científicos que são disseminados em revistas de topo, pertencentes a grupos editoriais gigantescos, mas cujo acesso acaba por ser limitado à comunidade científica, e mesmo dentro da comunidade científica é relativamente restrito. É importante as universidades perceberem que têm um papel central na sociedade, que são produtoras e transmissoras de

a DataLABOR será também alimentada pela investigação realizada no âmbito do CoLABOR e dos seus oito associados. Essa investigação incidirá naturalmente nas áreas do trabalho e emprego, proteção social e economia social e solidária, com contributos dos projetos científicos em desenvolvimento em parceria no Laboratório. A investigação também poderá partir de pedidos ou encomendas dos próprios associados ou de entidades externas, empresariais ou não.

O Laboratório conta já com vários estudos sobre trabalho e proteção social no seu portefólio. São também aguardados pedidos de estudos de perfil do mercado de trabalho de algumas regiões do país, ou mesmo de certos concelhos, para que grupos empresariais possam avaliar

com dados objetivos as vantagens e desvantagens, ou mesmo a viabilidade, de eventuais investimentos.

O CoLABOR, Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social foi criado por oito entidades: o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Delta Cafés, o Grupo Sonae e a Mota Engil.

datalabor.pt

conhecimento, mas que esse conhecimento deve ser democratizado, deve ser útil e contribuir para o pensamento crítico tanto na esfera nacional como internacional. No Iscte, temos feito esse esforço, por exemplo, no campo das Políticas Públicas, mas é possível fazer mais. Outro aspeto fundamental é o cruzamento de saberes, a multidisciplinaridade. Por exemplo, uma área que tem crescido muito é a do *big data* e análise de dados, mas fazer isso sem enquadramento nas ciências sociais é muito limitado, e vice-versa. As universidades têm que ter um papel ativo, de serem protagonistas da mudança e da transformação da sociedade e da economia. E serem pontes de ligação entre as várias áreas do saber. Agora, que se fala muito do futuro de Portugal, porque é que as universidades não estão envolvidas na conceção e implementação de uma estratégia para o país? Eu considero que deveriam estar, é aliás fundamental que estejam presentes nesse debate sobre o nosso futuro coletivo. E há pessoas dentro das universidades muito habilitadas para esse tipo de discussão e deveriam ser chamadas.

Mas houve algumas consultas durante o período mais agudo desta crise pandémica...

Sim, houve algumas consultas, mas foram fundamentalmente com economistas e epidemiologistas. São áreas importantes, mas não são as únicas. Basta, aliás, olhar para o Iscte, onde temos múltiplos especialistas que estão a trabalhar em várias áreas há já muito tempo – mercado de trabalho, políticas públicas, tecnologias, gestão, cultura, etc.

Ou seja, o que está a dizer é que foi muito redutor, é isso?

Exatamente. Já na crise anterior se tinha chamado a atenção para o facto de não podermos considerar que as causas e as soluções são, sobretudo, financeiras e económicas. É claro que houve uma crise financeira, que depois teve repercussões económicas, mas não podemos analisá-las só a partir desta perspectiva. Nesta crise, isso é ainda mais verdade. ■

A cibersegurança é a prioridade desta e das próximas décadas

**CARLOS
SERRÃO**

Docente Iscte
Investigador ISTAR-Iscte

**SOFIA MARTINS
GERALDES**

Doutoranda em História Iscte

**A confidencialidade, disponibilidade e integridade
dos dados nos sistemas de informação
e de telecomunicações está cada vez mais
na ordem do dia. Cruzamos nestas páginas dois
pontos de vista de investigadores do Iscte
em áreas distintas**



O que levou cada um de vós a interessar-se por este tema da cibersegurança?

Sofia Martins Geraldés No meu caso, enquanto investigadora de doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa no Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte), considero interessante e preocupante o contraditório em torno da relação entre o ciberespaço e a segurança. Isto é, existe um reconhecimento generalizado de que o ser humano é o elo mais fraco quando falamos de ameaças e desafios associados ao ciberespaço. Todavia, o domínio digital tem sido pouco estudado pelas Ciências Sociais de uma forma geral, e pelas Relações Internacionais e pelos Estudos de Segurança em particular, apesar do crescente esforço no sentido de mitigar esta lacuna. Esta situação deve-se, segundo alguns especialistas, a dois fatores principais. Por um lado, há um certo desinteresse pelo ciberespaço dada a ausência de violência física, isto é, uma vez que é improvável, pelo menos até à data, que um ciberataque configure um ato de guerra. Estudar o ciberespaço como desafio é, assim, intelectualmente desinteressante. Por outro lado, a fraca qualidade dos dados disponíveis para análise, bem como a ausência de conhecimento técnico sobre o ciberespaço, traduz-se numa certa resignação para não estudar este assunto. Neste sentido, apesar do crescente interesse e esforço a que assistimos nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança para estudar o ciberespaço, esta é uma área relativamente recente, ilustrada pelo incipiente contexto concetual, bem como pelo ainda escasso reconhecimento e análise de outros desafios associados ao ciberespaço além dos ataques a infraestruturas críticas.

Carlos Serrão Interessei-me pela tecnologia muito cedo, especialmente por tentar perceber como é que as coisas funcionavam e porque é que funcionavam dessa forma. E também desde muito cedo,

na juventude, a área das tecnologias de informação, ou seja, dos computadores, foi a que me despertou mais interesse. Enquanto os meus amigos queriam computadores por causa dos jogos, a mim interessava-me mais perceber o que poderia fazer com eles, o que poderia criar, o que poderia desenvolver com esses mesmos computadores. E essa foi uma das perspetivas que me fez enveredar por esta área. Mais tarde, por alturas da licenciatura (meados dos anos 1990), foi a internet que me cativou e ainda antes de terminar o curso já colaborava como Centro de Informática do Iscte, tendo contribuído para a aquela que foi a primeira presença Web do Iscte. Depois, tive a oportunidade de trabalhar num centro de investigação que na altura existia no Iscte, que se chamava ADETTI, o que me permitiu estar em contacto com alguns projetos de investigação europeus que lidavam, precisamente, com a temática da cibersegurança, na sua perspetiva tecnológica, em particular o desenho de protocolos de segurança e de mecanismos de segurança, assim como dos problemas e riscos, que podem conduzir à quebra de confidencialidade da informação. Desde aí que a minha própria carreira académica, desenvolvida no Iscte, tem estado sempre muito centrada nesta área da cibersegurança, quer através da realização do meu mestrado e do meu doutoramento, e também daquilo que é o meu percurso enquanto docente e enquanto investigador. Tenho vindo a desenvolver também uma série de atividades mais relacionadas com a formação, a disseminação ou a criação de algum tipo de sensibilização das pessoas para a importância da cibersegurança.

Em vosso entender, como tem evoluído a investigação deste tema?

S.M.G. O ciberespaço é constituído por três camadas principais: uma física, que diz respeito de uma forma

As pessoas continuam a ser o elo mais fraco da cibersegurança. É preciso apostar fortemente na formação e sensibilização dos utilizadores

CARLOS SERRÃO

simplista ao *hardware*; uma lógica, que diz respeito de uma forma simplista às linhas de código; e uma social, que diz respeito à interface humana e social. Se todas as camadas estiverem seguras, à partida o sistema ou a rede estarão seguros. Contudo, de uma forma geral, a camada social tem sido marginalizada e isto deve-se a duas razões principais. Por um lado, segundo alguns especialistas, a escassa atenção que a camada social tem recebido deve-se sobretudo à dificuldade de conceptualizar segurança no contexto da interface humana. Por outro lado, proteger computadores e sistemas é comparativamente mais fácil, a sua segurança é binária e sua natureza material facilita a visualização do *hardware* (camada física) e das linhas de código (camada lógica), ao passo que a resiliência cognitiva das sociedades não é visual. Deste modo, ainda que sujeito a diversas dificuldades técnicas, desenvolver *patch* para atualizar ou corrigir um *software* é comparativamente mais fácil do que desenvolver *patch* para “atualizar” ou “corrigir” a cognição das sociedades e impedir que estas sejam vítimas, por exemplo, de engenharia social, propaganda, desinformação, recrutamento extremista. Todavia, o crescente uso da engenharia social, das redes sociais para a disseminação de propaganda extremista e para a disseminação de desinformação traduzem-se numa maior necessidade de olhar para a camada social. Neste sentido, diria que temos vindo a assistir, ainda que de forma lenta, não a uma transferência de atenção da camada física e lógica para a social, mas sim à inclusão desta última camada nos esforços de investigação sobre o ciberespaço e sobre a cibersegurança, com consequências metodológicas. Isto é, a análise do ciberespaço deixa de só ser feita com base em metodologias, por exemplo, da Ciência da Computação para passar também a depender, por exemplo, das metodologias da Psicologia, das Ciências da Comunicação e do Jornalismo, da Ciência Política e das Relações Internacionais.

O crescente uso das redes sociais para a disseminação de propaganda extremista e para a disseminação de desinformação traduz-se numa maior necessidade de olhar para o fator humano e para a mente humana como uma infraestrutura crítica

SOFIA MARTINS GERALDES

C.S. No campo tecnológico, as coisas mudaram muito nos últimos tempos. Na verdade, passámos, em muito pouco tempo, de uma situação de acesso muito restrito às grandes redes de comunicação para uma situação de acesso generalizado. Por outro lado, no que respeita ao conhecimento dos utilizadores, a situação inverteu-se, visto que, antes, os utilizadores eram poucos, mas tinham um conhecimento um pouco mais aprofundado do funcionamento das tecnologias envolvidas. Estamos confrontados com algo que, na verdade, passou para o dia-a-dia das pessoas, hoje estamos permanentemente em contacto com a tecnologia, em todas as áreas da sociedade, mas o nível de consciência sobre os problemas e perigos de segurança, na grande maioria dos utilizadores, é ainda muito baixo. Ou seja, as pessoas ainda não perceberam que a tecnologia existe, que está disponível e pode ser utilizada, mas que essa mesma tecnologia pode afetar a segurança dos nossos dados pessoais e da nossa própria vida. Se há uns anos, quando falávamos de ataques ou de ameaças à cibersegurança, estávamos essencialmente focados em encontrar indivíduos com determinado tipo de características técnicas que, de alguma forma, podiam causar algum tipo de problema de segurança, hoje, essas ameaças são cada vez mais assimétricas e globais.

Qualquer um de nós, com um computador, com uma ligação à internet e com a motivação suficiente, pode efetivamente lançar um ataque contra terceiros. E isso muda, desde logo, aquilo que é o paradigma das ameaças e da forma como essas ameaças devem ser encaradas e devem ser estudadas. Por outro lado, defrontamo-nos hoje com a realidade do cibercrime organizado. Estamos a falar de empresas ou organizações que, na verdade, têm como *core business* lançar ataques contra terceiros ou, eventualmente, obter informação de forma indevida, vender a mesma, ou tentar extorquir recursos a terceiros. Isto tem grande impacto na investigação que fazemos nesta área, em que não pode ser passar já apenas pelos meros aspetos tecnológicos, mas em que temos de ter permanentemente em conta o fator humano, como as pessoas lidam com o tema, mas também aspetos das disciplinas de gestão.

Qual a importância deste tipo de projetos e investigações para decisores, sejam eles políticos ou de outras áreas de atividade?

S.M.G. A evolução tecnológica tem decorrido a um ritmo extremamente rápido. Todavia, as decisões políticas, sobretudo em países democráticos, levam



o seu tempo e têm que respeitar uma série de procedimentos. Neste sentido, projetos de investigação relacionados com o ciberespaço são da maior importância, isto porque a rapidez da evolução tecnológica requer respostas imediatas, contudo o processo de análise da sua natureza e das suas implicações para a política e para a sociedade, assim como o processo de tomada de decisão política são ou tendem a ser mais morosos. No caso das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança a ausência de investigação poderá ter custos teóricos e empíricos. Isto é, por um lado, negligenciar o ciberespaço poderá traduzir-se em estagnação teórica, ao não integrar novos desafios de segurança emergentes. Por outro lado, a ausência de investigação impede o desenvolvimento de políticas e estratégias informadas pela análise, o que poderá traduzir-se em políticas que não estão em concordância com a realidade e consequentemente gerar resultados ineficazes, ineficientes ou até mesmo desencadear outro tipo de problemas. Adicionalmente, a investigação deverá privilegiar o diálogo, uma vez que, à semelhança do que acontece com outros desafios atualmente, o sucesso da cibersegurança depende de um diálogo multi e interdisciplinar, considerando que nenhuma disciplina consegue, de forma isolada, produzir conhecimento suficiente para um ciberespaço mais seguro.

C.S. O tema da cibersegurança e da segurança da informação está hoje presente em todos os projetos, mesmo naqueles que, à partida, julgaríamos mais distantes desta temática. A cibersegurança é um tema completamente transversal a todos eles. Estou a lembrar-me, por exemplo, de um projeto em que participei, que tinha a ver com o desenvolvimento de tecnologias para ambiente *assisted living*, ou seja, tinha a ver essencialmente com tecnologias para apoio e cuidados a idosos, que envolvia troca de informação relacionada com dados clínicos e médicos. Como é óbvio, o *core* do projeto não era essencialmente a segurança, mas ela tinha entrar na equação e tinha que ser transversal ao projeto. No projeto, havia informação que era confidencial, do domínio privado, e nem todos os atores que faziam parte do projeto deviam ter acesso a toda a informação. Houve, por isso, que criar camadas de informação, com acessos de segurança diferenciados, de forma a proteger a confidencialidade dos dados. A cibersegurança está hoje presente em tudo o que diz respeito à tecnologia e não só. Reflexo disso mesmo é o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) a nível europeu e que exigiu a elevação dos padrões de segurança a nível organizacional de forma generalizada. As organizações têm hoje obrigações claras e exigentes ao nível da cibersegurança, pois sabem que, se houver um problema de segurança e dê origem ao compromisso de informação pessoalmente identificável (PII – *Personally Identifiable Information*), e se forem apuradas responsabilidades por parte das autoridades de que não fizeram tudo o que tinham que fazer para proteger a segurança dessa mesma informação, poderão sofrer multas elevadas e que terão consequências graves a nível do próprio negócio. E, portanto, isso é algo que tem que estar hoje presente na mente de todos os gestores e decisores políticos, constituindo mesmo um *driver* fundamental de investimento das empresas e outras organizações em cibersegurança. Portanto, todos os projetos de investigação em que estamos envolvidos consideram, *by default*, que deve existir uma arquitetura de segurança adequada. E há, naturalmente, outros projetos em que os aspetos da segurança são centrais. Por exemplo, no Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura (ISTAR-Iscte) estivemos a participar, em conjunto com a Aptoide, uma empresa portuguesa que disponibiliza aplicações para o ecossistema móvel Android (uma *AppStore* de aplicações móveis), num projeto de investigação (AppSentinel),

destinado a melhorar a identificação precoce de aplicações maliciosas e vulneráveis, impedindo que as mesmas possam chegar aos utilizadores finais. Para atingir estes objetivos utilizamos técnicas baseadas em aprendizagem automática, *machine learning*, que tenta determinar e descobrir padrões maliciosos nessas aplicações, para que possam alertar as lojas de aplicações para o facto de estas aplicações serem, efetivamente, maliciosas e, conseqüentemente, não poderem ser disponibilizadas para utilização normal por parte dos utilizadores. Por outro lado, estamos igualmente a analisar a segurança das aplicações existentes, para impedir que aplicações vulneráveis possam ser disponibilizadas aos utilizadores finais e disponibilizar conselhos de segurança aos programadores destas aplicações para melhorarem a segurança das mesmas.

A cibersegurança será uma prioridade na próxima década, ou já uma prioridade atual?

S.M.G. Na minha opinião, a cibersegurança é uma prioridade atual e será uma prioridade na próxima década. O ciberespaço nem sempre foi considerado uma matéria de segurança em termos políticos. A cibersegurança foi introduzida nos anos 1990 por cientistas informáticos, preocupados com as inseguranças inerentes ao facto de os computadores estarem ligados em rede, alertando para a necessidade de proteger os dados existentes nos sistemas informáticos e a integridade dos próprios sistemas informáticos de intrusões externas não autorizadas. Contudo, com a evolução tecnológica um crescente número de processos fundamentais do nosso dia-a-dia passaram a depender do ciberespaço. Isto é, os sistemas informáticos controlam uma série de objetos físicos, como por exemplo transformadores elétricos, comboios, *pipelines*, entre outros. Assim, a ocorrência de um ciberataque poderá comprometer os sistemas que controlam estes objetos, o que pode dificultar ou impedir a distribuição elétrica ou de comunicação, perturbar sistemas de transporte, desativar transações financeiras e conseqüentemente poderá gerar o caos. Deste modo, a crescente dependência do ciberespaço para o funcionamento destas atividades essenciais do nosso dia-a-dia traduz-se numa maior vulnerabilidade que poderá ser explorada por atores maliciosos ou hostis. Neste sentido, a evolução tecnológica continuará a decorrer a um ritmo exponencial e com ela a nossa dependência do ciberespaço,

tornando-nos mais vulneráveis e exigindo o aperfeiçoamento constante das políticas de cibersegurança.

C.S. A cibersegurança não é a prioridade da próxima década, mas sim a prioridade já desta década e também das próximas. Porque vivemos uma época em que estamos cada vez mais dependentes de serviços que funcionam através de redes de comunicação, ou seja de serviços eletrónicos e digitais. Os próprios governos têm vindo a apostar séria e fortemente nesta forma de interação com os cidadãos. As organizações e empresas dependem, cada vez mais, deste tipo de tecnologias. Portanto, diria que, nas próximas décadas, a importância da cibersegurança vai manter-se e intensificar-se, porque ela é o garante de que esses negócios podem continuar a usar esses meios e a transmitirem confiança aos utilizadores finais. E isso estende-se à interação do governo com os cidadãos, aos bancos, que apostam cada vez mais na relação digital com os seus clientes, seja através dos sistemas do *homebanking*, seja através das plataformas *mobile*, às próprias universidades, que devido às restrições criadas pela pandemia se viram forçadas a realizar grande parte das suas interações por meios digitais, nomeadamente as aulas à distância ou até mesmo algumas reuniões de investigação e encontros científicos.

Como posicionam o Iscte, enquanto universidade multidisciplinar por vocação, nessa temática?

S.M.G. Da minha ainda júnior experiência penso que o Iscte tem todo o potencial multidisciplinar para abordar estas temáticas. Por exemplo, consideremos a problemática da desinformação online enquanto ameaça à segurança europeia, como plasmado em vários documentos oficiais da União Europeia. No Iscte, temos investigadores a estudar a desinformação no MediaLab do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), temos investigadores como o Professor Carlos Serrão com a perspetiva da Ciência da Computação e temos investigadores especialistas em Estudos de Segurança no Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte). Neste sentido, é possível, por exemplo, desenvolver investigação sobre a temática da desinformação online enquanto ameaça à segurança europeia no Iscte envolvendo diversas áreas.

C.S. É claro que tem cabimento multidisciplinar, até porque a cibersegurança não é um problema

A cibersegurança não é um problema exclusivamente tecnológico. Deve ser abordado de uma perspectiva multidisciplinar através de um processo evolutivo e holístico

CARLOS SERRÃO

exclusivamente tecnológico. O tema envolve, para além da frente tecnológica, aspetos relacionados com as ciências sociais, a área comportamental e psicológica, e mesmo componentes da área da gestão ou, inclusivamente, da arquitetura e construção dos edifícios. Uma parte significativa dos problemas de cibersegurança têm a ver com a forma como as próprias pessoas se comportam face a determinados estímulos, os quais podem levar a que haja um comprometimento dos sistemas controlados por esses utilizadores. Por exemplo, questões relacionadas com *social engineering*, a forma como o atacante consegue manipular os utilizadores levando-os a desencadear determinado tipo de ações, que podem depois levar a que o sistema a que eles têm acesso possa ser explorado. São tudo questões que têm muito mais que ver com aspetos sociais e não tanto com a vertente tecnológica. Conforme afirmou Bruce Schneier, um famoso especialista da área da segurança de informação, “a segurança não é um produto, é um processo”. E é um processo que é contínuo, deve ser executado ao longo do tempo, e, para além disso, deve ser também um processo holístico.

Em que patamar de evolução estamos hoje em matéria de cibersegurança?

S.M.G. Ainda temos uma abordagem muito restrita da cibersegurança, muito técnica, quase que exclusivamente alicerçada nas camadas física e lógica que referi anteriormente. Estas camadas são de facto muito importantes. Contudo, apesar dos constantes esforços dos vários centros nacionais de cibersegurança e da Europol para alertar as sociedades para os perigos online, como a engenharia social, a disseminação de propaganda extremista e a disseminação de desinformação, a cibersegurança é quase que em exclusivo sinónimo de proteção das infraestruturas críticas. Assim, deveríamos começar a integrar mais a interface humana quando pensamos, discutimos e fazemos políticas de cibersegurança.

C.S. Estamos hoje muito mais bem preparados para as ameaças crescentes em matéria de segurança de informação do que estávamos há algumas décadas. Embora, como é óbvio, devamos sempre colocar esta análise em perspetiva porque, na verdade, as ameaças hoje também são diferentes, a fonte dessas mesmas ameaças também é diferente e, conseqüentemente, isso quer dizer que se

torna muito difícil percebermos qual é o patamar de evolução em que nos encontramos. É verdade que as organizações estão muito mais preocupadas com as questões da cibersegurança, estão a direcionar uma parte significativa do seu investimento para se protegerem em matéria de segurança, o que é positivo. Mas, por outro lado, como temos que lidar com ambientes que são cada vez mais dependentes de tecnologia e em que o número de vulnerabilidades, ameaças e ataques não pára de aumentar levam-me a acreditar que temos de continuamente fazer esforços para manter os sistemas seguros, procurando encontrar um equilíbrio saudável entre as vantagens da utilização dessas tecnologias e os riscos que as mesmas comportam.

Face ao resto do mundo, Portugal está mais ou menos vulnerável a ataques cibernéticos? É possível fazer essa comparação em termos de exposição à ameaça?

S.M.G. É uma questão bastante complexa. Portugal, à semelhança de qualquer outro país no mundo que dependa do ciberespaço para desempenhar as suas atividades básicas do dia-a-dia, como é o caso dos transportes, das transações financeiras, da saúde, entre outras, está suscetível à intrusão externa não autorizada nos seus vários sistemas e assim vulnerável a ataques cibernéticos. Além disso, não nos podemos esquecer, e agora mais do que nunca, que vivemos num mundo globalizado, ligado em rede e um ataque num determinado ponto pode ter repercussões à escala global e Portugal não é exceção. Agora, países mais evoluídos tecnologicamente estarão à partida mais vulneráveis porque dependem mais do ciberespaço para desempenhar as suas atividades, assim eu diria que Portugal será tanto mais vulnerável quanto for desenvolvido tecnologicamente e depender do ciberespaço para as suas diversas atividades. Com isto não quero dizer que não se deva apostar no desenvolvimento tecnológico, obviamente que se deve e tem inúmeros benefícios nos mais diversos setores da sociedade, mas sem esquecer que os desenvolvimentos de hoje serão os problemas de amanhã que devem ser acompanhados por políticas de cibersegurança igualmente robustas.

C.S. Este tipo de comparações é sempre muito complicado, porque depende de múltiplos fatores. E não há uma resposta linear. Diria que, se olharmos para

O sucesso da segurança do ciberespaço depende do desenvolvimento de políticas informadas por um diálogo multi e interdisciplinar, uma vez que nenhuma disciplina consegue, de forma isolada, produzir conhecimento suficiente para um ciberespaço mais seguro

SOFIA MARTINS GERALDES

as organizações, particularmente aquelas que têm mais preocupações com as áreas da cibersegurança, como a banca ou as telecomunicações, estamos num nível equiparado ao dos nossos parceiros europeus. Se considerarmos mais a área governamental ou estatal, o nosso nível de cibersegurança ainda não é aquele que seria comparativamente aos nossos parceiros europeus. Outro aspeto importante a considerar é a avaliação do risco, ou seja, qual é o nível de interesse que um determinado atacante pode ter para lançar um ataque contra Portugal, ou contra um determinado ativo nacional (que o mesmo seja crítico ou não). E isto também é importante para fazermos a comparação entre aquele que é o nosso

nível de cibersegurança e aquele que é o nosso nível de risco face às ameaças a que estamos expostos.

Casos como os do hacker Rui Pinto significam uma ameaça à segurança nacional ou, pelo contrário, deveriam ser usados como trunfos e aliados de quem tem a responsabilidade de garantir a cibersegurança?

S.M.G. Não tenho conhecimento suficiente para abordar este assunto de forma detalhada. Contudo, casos como o do hacker Rui Pinto têm pelo menos duas partes, por um lado, a aquisição ilícita da documentação, por outro lado, o conteúdo da documentação e as suas implicações. Misturar estes dois lados, parece-me perigoso para o desenvolvimento de uma política de cibersegurança robusta e informada.

C.S. Os atos em causa enquadram-se facilmente na tipificação internacional de cibercrime. Não podemos sequer tentar enquadrar e comparar essas ações com as do Edward Snowden, que acabou por ficar conhecido como *whistleblower* da NSA (agência nacional de segurança dos EUA) e que revelou todas as práticas que a NSA tinha para vigiar, não só os cidadãos americanos, mas também os cidadãos de outros países. Na área da segurança de informação, é vulgar categorizarmos os atacantes, ou *hackers*, em várias tipologias. Temos os chamados "*Black Hat*", que são os *hackers* que atacam os sistemas, roubam informação, destroem e tentam algum tipo de ação maliciosa contra esses mesmos sistemas para obterem algum tipo de vantagem financeira. Depois, existem os "*White Hat*", que são essencialmente *hackers* que atacam os sistemas de organizações com a devida autorização das mesmas, com o objetivo de poderem reportar as vulnerabilidades encontradas e para que as mesmas possam ser corrigidas, pelo que não estamos a falar da intenção de apropriação indevida de informação para dela tirar vantagem. Temos finalmente os chamados "*Grey Hat*" que atuam um pouco como os "*Black Hat*" e que apesar de não estarem autorizados para o fazerem, acabam por atuar também forma criminosa embora não procurem ganhos financeiros. No caso reportado do Rui Pinto, e segundo os factos que são divulgados, o comportamento dele tipifica-se como o de um "*Black Hat*" hacker, porque o que ele fez foi aceder a sistemas para os

quais não estava autorizado a fazê-lo e apropriou-se indevidamente de informação que não lhe pertencia, e depois tentou usar essa informação para tirar vantagem indevida da mesma.

Quais os próximos passos que consideram imprescindíveis em matéria de investigação nesta área?

S.M.G. Reforço dois aspetos que mencionei anteriormente. Por um lado, a investigação deverá privilegiar o diálogo entre diversas disciplinas, porque, à semelhança do que acontece com outros desafios atualmente, o sucesso da cibersegurança depende de um diálogo multidisciplinar e interdisciplinar, considerando que nenhuma disciplina consegue, de forma isolada, produzir conhecimento suficiente para um ciberespaço mais seguro. Por outro lado, os sistemas informáticos ou as redes estão seguras se todas as suas camadas – física, lógica e social – estiverem seguras, assim, uma política de cibersegurança informada e robusta depende de um esforço e empenho em compreender e desenvolver estratégias para todas as camadas do ciberespaço.

C.S. Há uma série de desafios muito interessantes nesta área. Desde logo, a educação e sensibilização das pessoas para as questões relacionadas com a cibersegurança. Ou seja, ajudar os utilizadores a serem mais resilientes a ataques de que eles próprios possam vir a ser os alvo e determinar que tipo de conteúdos e técnicas podem ser mais efetivas para ajudar na sensibilização dos mesmos. De um ponto de vista mais tecnológico e científico, há claramente um campo de desenvolvimento muito interessante, que é o cruzamento da cibersegurança com a área da inteligência artificial, particularmente a aplicações de técnicas de aprendizagem automática na cibersegurança. Hoje em dia, é crucial que os sistemas de cibersegurança tenham a capacidade de aprender e compreender o meio ambiente em que se inserem e que possam responder de forma mais adequada, a potenciais ataques e possam até adaptar a resposta oferecida aos mesmos. Podemos, a partir daí, conhecer melhor a forma como esses ataques são realizados e como eles exploram as vulnerabilidades dos sistemas, de forma a podermos desenvolver sistemas que sejam mais resilientes e que consigam resistir a esses mesmos ataques. ■



Diáspora influencia políticas públicas de Cabo Verde

**JOSÉ MARIA
NEVES**

**Doutorando em
Políticas Públicas Iscte**

Elites emigradas em Portugal e noutros países têm papel determinante na formulação das políticas públicas de Cabo Verde. Quem o afirma é um antigo primeiro-ministro, que se prepara para se candidatar a Presidente da República, enquanto desenvolve um doutoramento no Iscte

Está a realizar um doutoramento em Políticas Públicas no Iscte, mais precisamente sobre o papel da diáspora no processo de decisão política em Cabo Verde. Fale-nos desse projeto.

Cabo Verde é um país de diáspora, tem uma vasta comunidade espalhada pelo mundo. Desde o século XVII que os caboverdianos emigram para os Estados Unidos e, mais tarde, para os quatro cantos do mundo, para vários países africanos, europeus, americanos, asiáticos e da oceânia. Encontramos cabo-verdianos nos cinco continentes, de tal forma que é maior o número de cabo-verdianos a viverem fora do país do que dentro. Trata-se de comunidades na diáspora que têm dado um enorme contributo para Cabo Verde fazer face aos seus problemas económico-financeiros, mas também políticos. Cabo Verde teve uma emigração forçada, devido à seca, mortandade e fome. As pessoas não tinham alternativas. Mas no quadro colonial teve uma emigração espontânea, de quadros intermédios da Administração Pública, que se espalharam por todos os outros territórios ultramarinos. Particularmente em Angola e Guiné-Bissau, mas também nas outras antigas províncias ultramarinas, os cabo-verdianos asseguraram o funcionamento intermédio da Administração Pública. Grande parte desses quadros voltou após a independência e foi decisiva para o sucesso de Cabo Verde. A administração colonial tinha uma burocracia, no sentido weberiano, que funcionava muito bem e Cabo Verde não desmontou a tal racionalidade administrativa de que fala Max Weber. Temos, por exemplo, a área da aeronáutica civil, em que Cabo Verde sempre manteve as regras mais avançadas nesse domínio. Na agricultura, tivemos quadros muito experientes, que vieram de Moçambique e de Angola. Essa emigração espontânea teve um papel decisivo na fundação do Estado, após a independência, em 1975, e na institucionalização da Administração Pública pós-colonial.

Na minha tese, pretendo analisar como a diáspora tem influenciado as políticas públicas em Cabo Verde. Mais concretamente, se a diáspora tem difundido para Cabo Verde determinadas políticas públicas, nas áreas da educação, em especial no que respeita ao Ensino Superior e à criação da Universidade de Cabo Verde, e do ambiente, mais concretamente na política da água. Pretendo perceber se a diáspora canaliza ideias de políticas públicas nessas áreas e de que forma influencia a tomada de decisões políticas.

Embora a investigação ainda esteja em curso, em que sentido apontam as conclusões?

Os dados de que já disponho apontam para uma forte participação da diáspora no processo interno de decisão política, constituindo-se como um importante ator desse processo. Isso acontece mais no setor da educação, em que a diáspora foi decisiva no desenho da Universidade Pública. No domínio da água, a diáspora tem desempenhado mais um papel de grupo de pressão, no sentido de que sejam tomadas decisões, nomeadamente no que respeita à produção e fornecimento de água potável, mas não tem sido um canal forte de difusão de políticas públicas.

Nesse processo, a diáspora em Portugal tem um papel mais relevante, por razões históricas evidentes, ou detetou outras linhas de força?

A diáspora não é homogénea, a nível global. Em Portugal, sim, temos uma diáspora que é muito representativa da realidade cabo-verdiana. No domínio da educação, adotámos praticamente o modelo português, por razões históricas e culturais, é certo, mas também porque temos um segmento da diáspora

Cabo Verde afirma-se cada vez mais como um estado transnacional – temos as ilhas do arquipélago, mas temos também as outras “ilhas”, da diáspora, espalhadas pelo mundo



que é muito qualificado, nomeadamente professores universitários e altos quadros da administração. Especialmente os professores cabo-verdianos nas universidades portuguesas trouxeram para Cabo Verde ideias e políticas que tiveram um papel muito importante no desenvolvimento do Ensino Superior e na criação da Universidade Pública.

Além dessa influência portuguesa, há outros núcleos da diáspora com papel relevante?

Atualmente, existe uma forte ligação da diáspora, a nível mundial, a Cabo Verde. Temos, por um lado, muitas ligações aéreas com os principais países de acolhimento na Europa e nas Américas, mas, também, através das redes sociais verifica-se uma

permanente participação nos debates públicos sobre questões nacionais. Ou seja, devido a essa forte participação da diáspora na vida política do país, independentemente do país de emigração, Cabo Verde afirma-se cada vez mais como um estado transnacional – as ilhas do arquipélago, mas temos também as outras “ilhas”, da diáspora, espalhadas pelo mundo. Se antes tínhamos uma presença muito mais forte da diáspora portuguesa, diria que hoje a diáspora a nível mundial tem um importante papel no processo de agendamento e formulação de políticas públicas. Claro que a matriz fundadora das nossas instituições (Constituição, sistema de governo e as principais leis), tem uma determinante influência portuguesa, pelo que os atores e as estruturas estão fortemente influenciados pelas instituições, política e políticas de Portugal.

Esse papel muito forte da diáspora não comporta o risco de uma excessiva importação de modelos? Como se conjuga essa tendência com a dinâmica interna de procura de soluções próprias?

A diáspora traz ideias, mas há um debate interno muito vivo, com os partidos, os sindicatos, os empresários, as ONG, a administração nacional e local... Há, portanto, um grande intercâmbio de ideias e é desse debate que nascem as políticas públicas. Devido à diáspora, Cabo Verde é um país muito cosmopolita, muito aberto ao mundo, em que o estado de direito democrático conseguiu impor-se e as instituições funcionam. Cabo Verde acaba por beneficiar das melhores experiências que os emigrantes têm nos países de acolhimento. É claro que também existem problemas, como é toda a temática relacionada com os retornados, similar à que ocorre nos Açores. Há também os problemas da criminalidade transnacional. São questões que acabam por condicionar o funcionamento das instituições e a tomada de decisões.

Como interpreta a menor influência da diáspora nos temas ambientais, mais especificamente no que respeita às políticas da água?

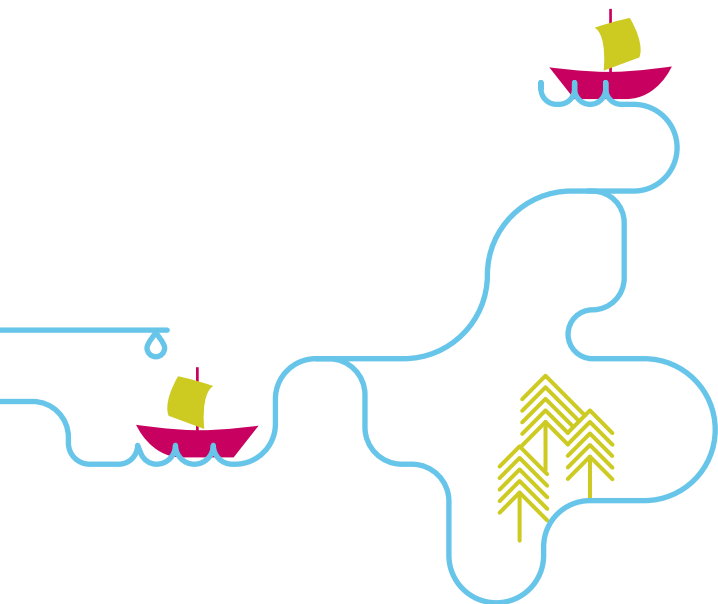
No domínio da educação, temos uma elite muito forte, particularmente em Portugal e nos Estados Unidos. Existe mesmo um diálogo constante entre as elites dos vários países de acolhimento, não se trata de uma simples relação bidirecional com Cabo Verde. No domínio da água, a influência é muito mais difusa. Cabo Verde é um dos países mais vulneráveis do mundo em termos de recursos hídricos e, conseqüentemente, muito sensível à seca e à desertificação. Há um desejo incontido dos residentes e das comunidades da diáspora, para que se resolva o problema da água. Há discussões acesas sobre as soluções. Há pressão dos emigrantes em geral para que se resolva o problema da água, mas não existem grupos de elite organizados que possam canalizar para Cabo Verde ideias e políticas nesse domínio. Há especialistas de ascendência caboverdiana em todo o mundo, mas não há uma elite organizada capaz de gerar influência de forma mais consistente e efetiva, como acontece na área educacional.

O que levou a interessar-se por este tema? Tem a ver com o seu percurso político?

Há um feixe de causas. O tema das políticas públicas sempre me interessou e, sendo Cabo Verde uma nação diaspórica, em que a emigração faz parte da sua formação identitária, quis perceber como tudo isso funciona em termos de decisão política. Os estudos que existem referem-se às remessas financeiras, quis perceber as remessas culturais e institucionais, de ideias e de propostas de políticas. Por outro lado, interessei-me muito pela diáspora, durante os 15 anos em que desempenhei as funções de chefe do governo. A diáspora pode decidir eleições em Cabo Verde, já que, em 72, ela elege seis deputados,



A diáspora traz ideias, mas há também um debate interno muito vivo, com os partidos, os sindicatos, os empresários, as ONG, a administração nacional e local... Devido à diáspora, Cabo Verde é um país muito cosmopolita, muito aberto ao mundo



o que é muito relevante, dado o grande equilíbrio entre os dois principais partidos. Por exemplo, em 2001, o Presidente Pedro Pires ganhou com 12 votos de diferença face ao seu adversário, que ganhou aqui dentro, mas quando chegaram os votos da diáspora houve um volte-face. Vivi essas questões sempre com muita intensidade. Tenho pelo tema um interesse académico, mas também político, e esses interesses convergiram na escolha.

No seu percurso académico, os temas da administração do Estado e das políticas públicas estiveram sempre presentes.

Desde o início que sempre pretendi manter a par as carreiras política e académica, o que em Cabo Verde é bastante difícil. Por isso, fui estudar para a Fundação Getúlio Vargas, no Brasil, onde o curso de Administração é, na prática, um curso de Políticas Públicas. Regressado a Cabo Verde, comecei a trabalhar na Administração Pública, na reforma do estado, e também a dar aulas no Centro Nacional de Formação para a Administração Pública, onde cheguei a ser diretor. Depois, abracei mais intensamente a carreira política, fui eleito deputado, e, em 2000, concorri à Câmara Municipal de Santa Catarina, mas sem ideia de ganhar. Aliás, nessa altura até já tinha uma bolsa para ir fazer o mestrado e o doutoramento nos Estados Unidos. Só que ganhei as eleições, concorri à liderança do partido (PAICV), ganhei, e depois ganhei também as eleições legislativas e assumi as funções de Primeiro Ministro. Num ano, a minha vida mudou radicalmente. Com 40 anos, como Chefe do Governo, participei ativamente na formulação de políticas públicas, mas sempre com o bichinho de entender os meandros desse processo. Mal saí do governo, propus-me fazer o doutoramento em políticas públicas, fiz uma pesquisa em Portugal, e a instituição académica que me pareceu mais avançada e mais propícia para desenvolver esse projeto académico foi o Iscte.

Que metodologias de investigação está a utilizar no seu trabalho?

Além do necessário levantamento bibliográfico e da análise de toda a documentação pertinente, estou a fazer entrevistas a personalidades relevantes – os Presidentes da República, os Primeiros

Do ponto de vista económico, social e ecológico, Cabo Verde continua um país extraordinariamente vulnerável. Necessitamos de uma liderança forte para reconstruir o país

Ministros, os Ministros da Educação e do Ambiente e ainda alguns académicos que têm refletido sobre estas matérias. Fora de Cabo Verde, tenho estado a entrevistar atores particularmente influentes da diáspora, em Portugal, na Holanda e nos Estados Unidos. A pandemia veio complicar um pouco este processo, mas estou a reprogramar essas entrevistas.

Centrando agora a nossa conversa na sua atividade política, como caracterizaria Cabo Verde hoje? Que desafios enfrenta o país?

Cabo Verde cresceu muito nos seus 45 anos de independência. Em 1975, era um país improvável e hoje é um país possível. É um país que tem uma democracia que funciona, com um poder local

muito forte, com todas as liberdades a funcionarem normalmente. Sobretudo após a crise de 2008 e com a pandemia, o país revelou grandes vulnerabilidades. Aliás, ascendemos a país de rendimento médio sem cumprir os três critérios: cumprimos os de Desenvolvimento Humano e de PIB *per capita*, mas não o da Vulnerabilidade. Do ponto de vista económico, social e ecológico, continua um país extraordinariamente vulnerável. A pandemia veio revelar essa vulnerabilidade, seja no funcionamento dos serviços públicos, seja nos domínios da Saúde e da Educação, apesar de todos os avanços registados. Somos particularmente sensíveis aos choques externos. A pandemia vai exigir um enorme esforço conjunto de recuperação. É preciso criar um espírito de consenso e de unidade nacional em torno do programa de reconstrução do país pós-crise.

Esse desígnio de unidade nacional veio reforçar a intenção, que já tinha, de se candidatar às eleições presidenciais de setembro de 2021?

A minha candidatura a Presidente da República é, neste momento, uma forte possibilidade. A decisão ainda não está definitivamente tomada, mas a probabilidade mais forte é que venha a acontecer. Cabo Verde necessita de uma forte liderança, para mobilizar os partidos, as empresas, as igrejas, as ONG, toda a sociedade civil, todos os cabo-verdianos, nas ilhas e na diáspora, para reconstruirmos o país, após esta devastação. Precisamos de mobilizar todas as energias e de ter uma perspectiva de inclusão de todos, de um amplo e fundamentado debate nacional, mas também de uma liderança visionária, estratega, catalisadora, capaz de marcar a diferença. Com a minha experiência na governação e na academia, penso poder ser, não apenas um bom árbitro, mas também um dinamizador de novos processos políticos, uma instância moral, um símbolo de união, um provedor das liberdades, da democracia e do estado de direito, um promotor do meu país no mundo e um catalisador de dinâmicas sociais e económicas orientadas para um crescimento inclusivo e ambientalmente sustentável. Precisamos de uma perspectiva muito inovadora e disruptiva. Precisamos de construir pontes ou compromissos, mas de forma totalmente diferente da que temos feito até agora. Ruturas são necessárias e exigem uma liderança forte, serena, mas suficientemente convicta e mobilizadora para levar Cabo Verde a dar este passo. Penso que posso desempenhar esse papel e, portanto, quero disponibilizar-me aos cabo-verdianos para discutirmos essas novas ideias e propostas e caminharmos juntos rumo a um futuro muito melhor para todos, sempre em cooperação estratégica com o governo, todas as forças políticas e a sociedade civil e em permanente diálogo com os cidadãos.

Considera que essa necessidade de rutura é evidente para todos os cabo-verdianos? Os partidos, nomeadamente, estão disponíveis para abraçar esse desafio?

Acho que sim, acho que sim. Mas é preciso catalisar todas as energias, e pôr as pessoas a discutir as

várias questões, reforçar a confiança mútua entre os partidos políticos. Em Cabo Verde ainda há muita crispação política, muita partidização do espaço público. É claro que os partidos são pilares fundamentais do estado de direito democrático, mas é preciso reforçar a confiança mútua e o diálogo entre as diferentes forças políticas, mas é também necessário despartidarizar o espaço público. Isso exigirá, por um lado, uma forte liderança e, por outro lado, a criação de espaços de debate e de construção de consensos. A democracia não é apenas competição, disputa, é também compromisso, é também consenso. Precisamos de percorrer essas duas fases da democracia: a discórdia, os dissensos, os desacordos, mas depois criar canais de consenso, de compromissos, de acordos, para podermos acelerar o ritmo de transformação de Cabo Verde e para reconstruirmos mais rapidamente o país, após a devastação sanitária, económica e social que resulta desta pandemia.

As energias existem, precisam de ser organizadas e lideradas, é isso?

As energias e as capacidades existem, aqui e na diáspora. Cabo Verde precisa de um líder, de um Presidente totalmente disponível para ser o fermento deste novo momento.

Que balanço faz dos seus 15 anos como Primeiro Ministro (2001-2016)? Que país encontrou, e que país deixou?

Globalmente, do ponto de vista político, económico e social, Cabo Verde, em 2016, é um outro país, social e economicamente muito mais rico. Ascendemos à categoria de país de rendimento médio, conseguimos a parceria especial com a União Europeia, reforçámos a nossa participação na comunidade da África Ocidental, conseguimos dois compactos do Millennium Challenge Account com os Estados Unidos e cumprimos, no essencial, todos os objetivos de desenvolvimento do milénio. Para um país com as carências, as dificuldades e os problemas de Cabo Verde, foi uma obra gigantesca. Nesse período, não fizemos tudo, mas fizemos tudo o que era humanamente possível para que Cabo Verde se transformasse num país melhor. ■

Saúde e Sustentabilidade devem incluir combate às desigualdades

SIBILA
MARQUES

Docente Iscte
Investigadora CIS-Iscte

**Projeto europeu INHERIT apostou no “triple win”:
vida mais saudável, planeta mais sustentável,
menos desigualdades sociais**



Como se interessou por este tema e qual o seu papel no projeto H2020 INHERIT?

Sempre me interessei pela parte comportamental, daí ter escolhido a área da psicologia e, no fundo, como é que se pode influenciar as pessoas e promover uma sociedade melhor. Pessoalmente, interessei-me por estes temas já há muito tempo. Na altura do liceu, quando pensei em seguir a engenharia ambiental, depois acabei por ir para psicologia e acabei por seguir na mesma área da promoção da sustentabilidade ambiental, através de uma disciplina que é a psicologia ambiental. O projeto INHERIT é bastante abrangente, pois no fundo pretende promover a saúde, ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental e diminuir as desigualdades sociais. Diria que é um projeto bastante ambicioso. O meu papel foi no fundo representar a psicologia. Sempre tive muito interesse pela investigação aplicada, de ter um impacto social de facto no que acontece nas nossas cidades. Um dos principais objetivos do projeto era identificar estudos de caso na Europa que fossem práticas inovadoras: no consumo, nos transportes e na habitação. E que fossem, em simultâneo, promotoras da saúde, diminuíssem as desigualdades sociais e promovessem a sustentabilidade ambiental. Isto era o que no INHERIT chamávamos o *triple win*. Grande parte dos parceiros eram institutos de saúde pública, da Bélgica, Holanda, Macedónia. Tínhamos vários parceiros de saúde pública, investigadores, utilizadores.

Na ótica da investigação produzida, considera que o estudo da Psicologia Comportamental pode trazer respostas sobre a ação humana e os efeitos no ambiente?

Exatamente. Acaba por ter um papel fundamental. Entendermos os comportamentos das pessoas dá-nos respostas de como podemos contribuir para alteração de consumos e de práticas.

A ciência pode ter um papel fundamental no estudo mais sistemático de formas alternativas de vida que promovam ao mesmo tempo a saúde e a sustentabilidade ambiental e diminuam as desigualdades sociais

Qual a importância destas colaborações a nível internacional? Foi desafiante trabalhar numa lógica multidisciplinar com pessoas de áreas tão distintas?

Eu sempre trabalhei com pessoas de outras áreas. Comecei por trabalhar na área ambiental a tentar perceber os impactos que as grandes infraestruturas, como os aeroportos, as barragens, teriam nesta área. Já trabalhávamos com vários intervenientes nestes estudos de impacto, que normalmente são médicos, arqueólogos, engenheiros do ambiente. Nós éramos os psicólogos que estudávamos os impactos nas pessoas. O INHERIT vem no seguimento dessa cultura multidisciplinar. Já estava habituada, não posso dizer que tenha sido difícil estar

nesse meio. Tínhamos médicos, responsáveis de áreas ambientais. Se é um desafio? É um desafio grande, porque as linguagens são diferentes, porque temos de fazer um ajustamento para entender a maneira de pensar das outras pessoas de forma a chegar a um acordo.

Temos abordado um projeto que envolveu uma grande colaboração europeia. Ao longo do seu trabalho enquanto investigadora, acha que o nosso sistema científico está na vanguarda das boas práticas internacionais? Ou considera que ainda temos muito para caminhar?

Eu estive durante oito anos em projetos europeus de nível elevado. Entre 2012 e 2016, estive num projeto na área do envelhecimento e, logo a seguir, entrei no INHERIT, que foi um projeto de alto nível europeu, de políticas europeias de investigação. Em nenhum momento achei que os portugueses estivessem abaixo das outras equipas. Pelo contrário, acho que demos um contributo bastante importante para esses projetos. E nalguns aspetos acho até que fomos extremamente inovadores, nas práticas que apresentámos, nos mecanismos de recolha a nível nacional que testámos e que, depois, foram consideradas boas práticas a nível internacional. Não ficamos atrás em nada.

A alimentação e o consumo saudável têm sido matérias na ordem do dia. Que exemplos devemos ter?

Daria exemplos do que fizemos no projeto INHERIT. Na área do consumo, a nível europeu, identificámos uma boa prática em países onde os vegetais não estão tão disponíveis: a disponibilização de *vouchers*. Claro que em Portugal estes são mais acessíveis, até em termos de preços, mas é uma medida importante noutros países, como a República Checa. Estes incentivos monetários podiam, certamente, trazer uma alimentação mais saudável e assim um consumo mais sustentável. Ou seja, uma das medidas que o INHERIT sugere passa também por incentivos financeiros. Na parte das escolas, em Portugal, entendemos que já há legislação muito importante que impede a publicidade a alimentos pouco saudáveis. É bastante importante. Mas um passo seguinte é mesmo o de monitorizar a alimentação que é fornecida nas escolas, que até agora tem descido bastante

em termos de qualidade. Um outro projeto muito interessante, em Madrid, prendia-se com a introdução de uma alimentação com um cariz mais vegetariano, em crianças dos 0 aos 3 anos. E esse período é muito importante porque é altura em que se forma o gosto e o palato. Era um projeto que juntava *chefs* conhecidos, que depois se juntavam com os responsáveis das cantinas das escolas e com os pais, com o objetivo de criarem as ementas para os mais pequenos se habituarem ao sabor, a uma alimentação mais saudável.

Ou seja, uma prática mais de prevenção do que intervenção....

Sim e não. Um dos grupos que mais tem sido afetado com a obesidade têm sido as crianças. Não é apenas preventivo para o futuro, pois se nós, no contexto escolar, lhes proporcionarmos uma alimentação mais saudável também estamos a atuar no imediato. A vantagem da alimentação escolar é que também tende a diminuir as desigualdades sociais, porque, no fundo, se a escola é que fica responsável por algumas refeições das crianças e se as mesmas tiverem qualidade pelo menos estamos a garantir que em boa parte do dia o consumo das crianças é um consumo adequado. Por exemplo, há várias escolas que neste momento estão a criar hortas. A ideia é as crianças perceberem o que é produzir um alimento desde o princípio até ao seu consumo. Só o facto de se apostar no verde sabemos, do ponto de vista psicológico, que reduz os níveis de stress. Outra prática que também é interessante é a de desincentivar o consumo de alimentação menos saudável, através do preço e com o aumento de impostos. Hoje é mais barato comer *fast food* do que comida portuguesa tradicional, por exemplo. Esse tipo de movimento poderia ser feito, taxar os alimentos menos saudáveis. No entanto, é preciso pensar também de que modo esse tipo de medidas pode agravar desigualdades sociais, já que sabemos que poderá ser particularmente penoso para pessoas com menos rendimentos e que persistem, por outro tipo de razões, a optar por esse tipo de alimentação.

E medidas no sentido ambiental?

Todas as medidas avaliadas pelo INHERIT também pensam nesta dimensão. Por exemplo, se pensarmos

no consumo de carne, estamos a dar resposta à problemática da alimentação saudável, mas também a contribuir para uma medida mais sustentável do ponto de vista ambiental. Reforço a riqueza da abordagem multidisciplinar, embora isso levante enormes desafios, por exemplo, ao nível da utilização de uma linguagem comum. Do ponto de vista da saúde pública, para um médico, é importante a casa estar com uma temperatura para 18-20 graus. Para um psicólogo isso também é importante, mas também é relevante que as pessoas percebam o porquê de isso ser importante. A psicologia tem, diria, um papel fundamental. Ligar a saúde com o ambiente, dar uma perspetiva mais global, de perceber como as pessoas reagem, de que são feitos os seus estímulos. Acabamos, no final, por perceber que a perceção das pessoas e a sua ação é fundamental para conseguirmos desenvolver um ambiente saudável e um mundo menos desigual. Acabámos por colocar a psicologia no modelo teórico todo. Nos transportes, uma medida estudada foi a utilização de bicicletas. Mas, neste caso, sabemos que pode não ser propriamente um *triple win* – promotoras da saúde, redutoras das desigualdades sociais e promotoras da sustentabilidade ambiental –, pois em zonas habitacionais menos favorecidas poderão não existir as condições para se andar de bicicleta. Por exemplo, podemos ter a ausência de estradas adequadas ou um aumento de criminalidade que tornam o uso de bicicletas mais difícil. Se queremos todas as pessoas a utilizarem as bicicletas, as condições físicas e sociais terão também de estar presentes.

Sente que os resultados da investigação podem trazer impacto na sociedade civil? De que forma?

Sim, claramente. Principalmente trazer impactos na vivência das cidades. Esta investigação teve uma clara articulação com a política pública. Muitos dos parceiros eram, precisamente, institutos de saúde pública. A mais-valia deste projeto foi o que apelidámos o *triple win*: saúde, ambiente, desigualdades sociais. E esta última assume uma especial relevância, porque na nossa sociedade é muito mais fácil as pessoas mais ricas terem mais saúde e mais comportamentos sustentáveis. O que não é fácil é garantir que isto é feito por toda a gente. A ideia do INHERIT quase que aponta o caminho de uma nova sociedade. Um dos estudos de caso era uma cidade inteira, a cidade de Ghent (Bélgica). Um movimento de mudança

Uma prática interessante é a de desincentivar o consumo de alimentação menos saudável, através do preço e com o aumento de impostos. Hoje é mais barato comer *fast food* do que comida portuguesa tradicional, por exemplo.

do consumo alimentar, com mercados locais, envolvimento de pessoas com menos rendimentos, hortas comunitárias. Aqui verifica-se mesmo uma tendência para promover outro estilo de vida. Estas práticas que o INHERIT avaliou já estavam, digamos, no terreno. Portanto, as pessoas têm noção de que é preciso mudar algumas coisas. Espontaneamente, já havia hortas comunitárias, movimentos pelo uso da bicicleta, novas formas de construção. O que não havia era a avaliação científica do impacto destas medidas. Foi isto que o INHERIT veio trazer nesta parte do projeto: a avaliação científica dos estudos de caso para que seja possível fazer uma advocacia das medidas, na necessidade de mudar. Um bom exemplo é análise do custo-benefício do projeto de Madrid onde se verificou um claro benefício para os atores envolvidos. É mais barato investir na promoção nos primeiros anos de



vida, do que depois propor medidas mais tardias e remediativas para lidar com os efeitos de uma má alimentação nas crianças. A investigação acabou por trazer uma validação destes tipos de vida, uma legitimação que é possível depois defender certas medidas nos parlamentos. Este projeto foi uma forma de também legitimar um mundo mais saudável e mais sustentável, tendo em conta também as desigualdades sociais. É o cunho científico que altera a validação das medidas e a adoção das mesmas. Diria que este foi um dos principais contributos. Hoje sabemos que as pessoas querem um tipo de consumo em que, por exemplo, a comida não seja de cariz tecnológico. A tendência para se voltar à comunidade, de se produzir e consumir local. Os nossos inquéritos mostraram que, neste momento, as pessoas desejam da tecnologia sobretudo uma melhoria das

condições de habitação, através das casas inteligentes, ou nos transportes, tornando-os mais ecológicos.

Portanto, conclui-se que a população europeia está consciente dos desafios vindouros?

Vivemos num mundo onde a ciência é uma arma importante, pois reúne opiniões e de forma representativa. É diferente de perguntar a um cidadão de forma isolada. A ciência pode vir a ter um papel fundamental. E o INHERIT foi muito importante neste aspeto, o de permitir o estudo aprofundado e validado, através de inquéritos representativos. Tantos e tantos projetos que têm todo o mérito, mas que careciam de uma avaliação mais aprofundada.

E o futuro? Prevê novas investigações e interesses em que a psicologia pode ser um elemento fundamental?

Eu trabalho em duas áreas principais. A minha vertente é realmente a psicologia social aplicada, usar a ciência para melhorar a nossa sociedade e ter influência nas políticas públicas. Neste momento, pretendo juntar as minhas duas áreas de investigação: a do envelhecimento e a do ambiente. Um projeto que estive a pensar, em conjunto com a investigadora Sara Eloy, do ISTAR-Iscte, é o de tentar compreender como podemos promover cidades que sejam, ao mesmo tempo, mais sustentáveis e ambientalmente mais equilibradas para promover o envelhecimento de qualidade. Sinto que, quando falamos na área do ambiente, se esquecem muitas vezes dos aspetos do envelhecimento e, na área do envelhecimento que se esquecem também do ambiente. Acho importante que sejam construídas ciclovias pelas cidades, bicicletas, todas essas medidas. Mas, temos de pensar se as pessoas mais velhas, porque vamos todos envelhecer, vão gostar deste tipo de ruas. Se vão sentir-se seguras. Se a perceção do medo de cair, por exemplo, será uma realidade. Como adaptar as bicicletas para que também as pessoas mais velhas se sintam bem a utilizá-las. A pandemia veio ainda salientar mais esta necessidade de pensarmos os espaços públicos para que pessoas de todas as idades se sintam bem a utilizá-los. É nesta realidade que agora me quero focar, com a psicologia a ter um papel de procurar entender as pessoas, fazer parte da alteração e, com o cunho científico, contribuir para uma sociedade melhor. ■



As sondagens não são bolas de cristal

PAULA
VICENTE

Docente Iscte
Investigadora BRU-Iscte

Da construção da amostra à interpretação dos resultados, há um vasto conjunto de decisões que contribuem para a qualidade de uma sondagem.

Paula Vicente fala-nos do projeto ICS/Iscte, cuja equipa integra, e do mercado das sondagens em Portugal

O que caracteriza e distingue as sondagens ICS/Iscte de outras que existem em Portugal?

Este projeto nasce de uma parceria entre a academia, representada pelo Iscte e pelo ICS, e uma empresa de media, agregando a SIC e o Expresso. Trata-se de uma parceria muito interessante, na medida em que alia a investigação académica à experiência de divulgação de sondagens, contribuindo para o rigor e qualidade do trabalho que é apresentado. Além da divulgação pelos media, o projeto tem um site próprio, o que é uma característica distintiva, no qual vamos apresentando os resultados que obtemos, mas também os procedimentos metodológicos envolvidos. O site contempla ainda um blogue, no qual publicamos artigos dos investigadores da equipa, em que se procura fazer uma reflexão sobre os resultados à luz da ciência política. Um outro aspeto diferenciador é o facto de disponibilizarmos, de forma aberta, os dados recolhidos nas sondagens, após seis meses de embargo. Isso permite que outros investigadores prossigam outras linhas de investigação a partir daqueles dados.

E em termos metodológicos?

A metodologia de uma sondagem pode obedecer a vários critérios de elaboração. Podemos prosseguir o que se encontra estabelecido nos manuais como cenários ideais – como selecionar uma amostra, como construir as perguntas... tudo isso, “arte de bem fazer”, está documentado. Mas depois, no trabalho concreto, deparamo-nos com restrições práticas, por vezes muito fortes, que são o custo e o tempo. Se pretendermos realizar uma sondagem extremamente rigorosa, com todos os detalhes e exigências que os manuais propõem, o trabalho poderia ser demasiado demorado e dispendioso. Esses aspetos são ainda mais relevantes nas sondagens

políticas, especialmente em períodos pré-eleitorais, em que há maior pressão de urgência dos resultados e até um prazo de validade dos dados mais apertado. O trabalho concreto coloca-nos obstáculos e constrangimentos para os quais temos de delinear estratégias de resolução. Com frequência, o enquadramento de custo e tempo é que define o quadro metodológico, e não o contrário. As sondagens ICS/Iscte também acontecem em cenários com restrições de tempo e custo, mas a preocupação com o rigor metodológico – na amostragem, na conceção e aplicação dos questionários e na análise dos dados – está sempre lá. Neste ponto a parceria que temos com a Gfk Metris é muito proveitosa pois conseguimos juntar o melhor dos dois mundos – de um lado, o saber académico e científico e, do outro, a experiência de uma empresa com tradição e reconhecido mérito na recolha de informação.

As sondagens online poderão ser uma alternativa para contornar esses obstáculos?

De uma forma muito geral, podemos agrupar as sondagens políticas que se fazem em Portugal em torno de dois métodos de entrevista: as presenciais e as telefónicas, embora depois outros aspetos (quotas, seleção da amostra...) possam diferir de empresa para empresa. As sondagens online são pouco utilizadas, até porque têm vários problemas. Um dos mais relevantes tem a ver com a cobertura, visto que nem toda a população tem acesso à internet e a dispositivos através dos quais possa responder. Outra desvantagem é o facto de ser um método de autorresposta. O questionário chega à pessoa por vias eletrónicas, seja email ou redes sociais, por exemplo, mas ficamos completamente dependentes da boa vontade da pessoa, para que possa dispensar algum tempo nas respostas.

No caso das sondagens eleitorais, a recolha presencial tem uma enorme vantagem sobre as entrevistas telefónicas, que é a de permitir a simulação de voto em urna, que propicia uma resposta mais sincera, em a revelação do sentido de voto ao entrevistador

Não há um entrevistador, que explique o estudo e que insista na importância da resposta. Tudo isso conduz potencialmente a uma taxa de respostas baixa, sendo comum haver estudos online com taxas de resposta da ordem dos 10 a 20 por cento. A amostra fica muito reduzida, enviesada, e a sua representatividade comprometida, afetando a qualidade das estimativas.

Essas sondagens ficam mais sujeitas a manipulações, nomeadamente, através de respostas em grupo, organizadas.

É um facto, são as chamadas “amostras de voluntários”. Mas podemos minimizar esse problema, tentando controlar a seleção da amostra. É possível por exemplo, através do envio do questionário para endereços de mail específicos. Essas sondagens exigem também muitos cuidados na divulgação, nomeadamente quanto aos limites da sua representatividade.

Na construção das amostras, seguem-se modelos padronizados, ou há margem para estabelecer novos modelos?

Há vários traços comuns à generalidade das sondagens existentes, cada um deles colocando desafios muito próprios. Desde logo, há a preocupação de obter estimativas representativas do território, no caso, Portugal. Isso faz-se através de uma estratificação geográfica, dividindo o país em regiões mais pequenas – no caso das sondagens ICS/Iscte são a NUTS II, do INE, mas há empresas que definiram as suas próprias regiões em torno de um certo número de critérios. Depois, há a variável *habitat*, que controla a dimensão dos agregados populacionais. Ao nível do indivíduo, trabalhamos com a variáveis de sexo, idade e nível de escolaridade. A conjugação destas três características é muito discriminante em termos do que as pessoas pensam, do que gostam, do modo como se comportam... Isso é fundamental para garantir a heterogeneidade e a variabilidade da amostra.

Não seria interessante a introdução de uma variável sobre a condição económico-financeira?

As empresas de estudos de mercado trabalham com essa variável, normalmente através da construção de indicadores de classes sociais, que envolve, por exemplo, a escolaridade, a profissão e, eventualmente, o seu nível de rendimento. Mas a informação sobre o rendimento nem sempre é fácil de recolher e acaba por se trabalhar apenas com a variável da escolaridade, que é mais fácil de medir e é muito correlacionável com o nível socioeconómico. Mais uma vez, estamos no jogo dos equilíbrios:

o ideal seria podermos contar com determinada informação, mas, perante a impossibilidade ou grande dificuldade de a obter, tentamos obter informação *proxy*, informação que nos aproxima do que gostaríamos de ter.

Os telefones fixos continuam a ser preferidos aos telemóveis para a recolha da informação. Qual a razão?

A metodologia das sondagens com telefones fixos já tem muitos anos, já está afinada e consolidada.

Sondagens ICS/Iscte

As sondagens ICS/Iscte resultam de uma colaboração entre o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e o grupo Impresa Publishing S.A., nomeadamente através da SIC e do Expresso. Esta colaboração, iniciada em março de 2019, tem em vista a recolha, tratamento e divulgação de dados sobre as atitudes e os comportamentos políticos da população portuguesa, através da realização de estudos de opinião (sondagens) a amostras representativas da população.

Quer o ICS quer o Iscte têm uma longa tradição de colaboração em projetos nacionais e internacionais e múltiplas publicações académicas que utilizam dados resultantes deste tipo de metodologia. Por outro lado, o Expresso e a SIC têm também uma longa tradição de cobertura e tratamento jornalísticos de dados resultantes de estudos de opinião. Neste momento particularmente exigente do ponto de vista da qualidade da democracia em Portugal e na Europa, pretende-se

contribuir para um melhor conhecimento do estado da opinião pública portuguesa.

A equipa responsável pela elaboração dos questionários, acompanhamento do trabalho de campo e análise dos dados é constituída por Alice Ramos, José Santana Pereira, Marina Costa Lobo, Miguel Pereira, Paula Vicente e Pedro Adão e Silva, com a coordenação de Pedro Magalhães. O trabalho de campo é executado pela GfK Metris, sob a orientação técnica da equipa do projeto.

O projeto tem um site no qual é possível aceder a análises aprofundadas e transparentes dos dados resultantes dos estudos, permitindo consulta fácil de todos os resultados. Após um período de embargo de seis meses, é possível aceder livremente aos próprios micro-dados (totalmente anonimizados), que ficarão assim disponíveis a todo o público interessado.

<https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/>

É, pois, natural que esta abordagem não se abandone de um momento para o outro, e que a transição para os telemóveis se vá fazendo gradualmente. O número de telefone fixo é informativo, na medida em que os primeiros dígitos nos dão a localização geográfica do lar, embora hoje em dia se coloquem desafios relacionados com a portabilidade dos números. Ora o controlo geográfico, que é um fator relevante nas sondagens, é muito difícil de fazer com os telemóveis. A principal desvantagem dos fixos tem a ver com a cobertura, visto que hoje estima-se que cerca de 30 por cento dos lares portugueses não dispõem desse serviço, enquanto que nos telemóveis essa taxa ronda apenas os 10 por cento. Por isso, algumas empresas de sondagens estão já a utilizar processos de amostragem em que recorrem aos dois tipos de telefones, de forma a colmatar as deficiências de cada um deles. A mobilidade é outro dos constrangimentos na escolha da metodologia: é verdade que o telefone fixo, por definição, identifica um lar, mas as pessoas, ou pelo menos alguns tipos de pessoas – os que trabalham, estudam, viajam com frequência, ... – estão pouco tempo em casa. Teoricamente, com o telemóvel, as pessoas estão mais contactáveis. E há ainda outros aspetos a que é necessário atender. Por exemplo, para integrar jovens nas amostras é preferível utilizar telemóveis, já que eles raramente utilizam o telefone fixo. Mas vale a pena dizer que no caso das sondagens eleitorais a recolha presencial tem uma vantagem sobre as entrevistas telefónicas (quer por fixo que por telemóvel) que é a de permitir a simulação de voto em urna: esta solução potencia uma resposta mais sincera, na medida em que não há a revelação do sentido de voto ao entrevistador.

Existem dados sobre a evolução das taxas de recusa de participação em sondagens?

Nota-se um progressivo afastamento das pessoas, as empresas de sondagens experimentam essa realidade, embora não existam dados estatísticos formalmente coletados sobre essa matéria, pelo menos em Portugal. De uma forma geral – e não é um problema apenas português – as pessoas estão menos recetivas para participar em sondagens. Há muitas solicitações, há a confusão entre sondagens e ações de venda, a falta de tempo e até algum egoísmo. E claro que há temáticas em que a tendência para

As pessoas estão menos recetivas a participar em sondagens. Há muitas solicitações, há a confusão entre sondagens e ações de venda, a falta de tempo e até algum egoísmo

recusar a colaboração é elevada, como é o caso dos estudos sobre política. Não deixa de ser paradoxal, num tempo em que estamos permanentemente e fornecer informação a terceiros, muitas vezes sem nos apercebermos, seja, por exemplo, através das redes sociais, ou da simples utilização de cartões de compras, tenhamos a tendência para rejeitar um pedido direto e esclarecido de colaboração num estudo de opinião.

E como interpretar as não respostas, seja por recusa, seja mesmo por dificuldade em chegar às pessoas?

Esse é um problema que pode ser abordado de duas maneiras. Numa lógica preventiva, durante o planeamento da sondagem, podemos delinear estratégias para tentar minimizar a ocorrência de não contactos ou de muitas recusas. Por exemplo, que meio de contacto utilizar, quantas vezes insistir o contacto, em que horário fazer os contactos. A posteriori, podemos aplicar estratégias corretivas, para atenuar os efeitos na representatividade da amostra. E aí temos dois tipos de problemas: os que não responderam de todo e os que responderam parcialmente, apenas a parte do questionário. Claro que o primeiro caso é mais difícil de resolver. Por exemplo, se a amostra planeada apontava para uma distribuição equitativa por sexo, mas temos afinal algo à volta de 60/40, podemos aplicar os chamados ponderadores – um fator que altera o peso das respostas de uma determinada categoria de respondentes – para “repor” o peso de cada categoria. Obviamente que a utilização de ponderadores exige muitos cuidados

e deve ser feita de forma muito criteriosa. Quando se trata de pessoas que não respondem a algumas perguntas de um questionário, podemos utilizar métodos de imputação, que são um tratamento estatístico que nos permite inferir respostas em falta a partir de respostas a outras perguntas e/ou de respostas dadas por indivíduos com características similares. Idealmente, deve ser feita uma imputação múltipla, que se baseia na construção de modelos estatísticos com toda a informação disponível, explorando associações entre variáveis. Estes modelos não são isentos de erro e só devem ser utilizados de forma controlada e parcimoniosa.

A margem de erro reflete de alguma forma a qualidade da sondagem?

O cálculo da margem de erro pressupõe a existência de determinadas condições na construção da amostragem. A fórmula geralmente utilizada pressupõe que seleccionámos a amostra de forma aleatória simples. Ora isso, na verdade, não é assim, pois os processos de amostragem que se executam são maioritariamente não aleatórios, e depois há o problema dos não contactos e das recusas que afetam também a qualidade da sondagem, mas cujos efeitos a fórmula da margem de erro não capta. A margem de erro acaba por ser um valor meramente indicativo, com pouco interesse enquanto indicador da qualidade da sondagem.



A sondagem diz-nos o que podemos estimar na população num determinado momento, e não o que vai acontecer numa data futura. Não é um método de previsão

De uma forma geral, as sondagens que se fazem hoje em dia são fiáveis?

É intuitivo pensar-se que uma boa sondagem é uma sondagem que “acerta” nos resultados eleitorais. Porém, as sondagens não são bolas de cristal, não são exercícios de adivinhação. A sondagem diz-nos o que podemos estimar na população num determinado momento, e não o que vai acontecer numa data futura. A sondagem não é um método de previsão, é um método de estimação. Nós até podemos planeá-la na perfeição e – mais difícil – executá-la na perfeição, mas há algo que nunca pode ser resolvido: estamos a trabalhar com uma amostra, através da qual queremos conhecer uma população. A amostra permite uma aproximação à população, mas nunca são realidades coincidentes por isso há um risco de a sondagem não “acertar” nos resultados eleitorais, sem que isso signifique automaticamente que a sondagem foi mal feita. Eu diria que uma sondagem que é planeada e executada tendo em conta critérios de rigor na amostragem, na conceção e aplicação do questionário, e na análise dos

dados tem condições para ser fiável. Porém, há inevitabilidades e imponderáveis.

Mas a amostra não é representativa do universo?

Depende do que se entender por representativo. A amostra é como se fosse uma miniatura da população – os traços mais visíveis estão lá, mas o que é mais miudinho não se consegue ver. O mais difícil é em cada estudo definirmos acertadamente quais os traços relevantes da população que devem estar refletidos na amostra. Não há modelos perfeitos que nos forneçam garantias absolutas de como fazê-lo e podemos até ter respostas diferentes entre investigadores diferentes. Mas isto é ao nível do planeamento da amostragem. Depois, há que adicionar as contrariedades que inevitavelmente acontecerão na prática (caso das não respostas), e que poderão comprometer seriamente a representatividade da amostra que planeámos. Conceber e obter uma amostra representativa é um grande desafio para quem trabalha nas sondagens. ■

Os jovens querem muito mais e muito melhor Europa

**ANA ISABEL
XAVIER**

**Docente Iscte
Investigadora CEI-Iscte**

**O afastamento dos jovens dos processos eleitorais
na Europa é crescente. E, no entanto,
os jovens gostariam de ter uma palavra a dizer
no projeto europeu**



Como nasceu este projeto do E(U)lections'19 e quais foram os objetivos?

Este projeto nasce de uma inquietação que, enquanto investigadora e professora, mas sobretudo enquanto cidadã, tinha e tenho: tentar perceber porque é que os jovens europeus, e os portugueses em particular, continuavam a abster-se tanto nas eleições para o Parlamento Europeu (PE), quando são a geração que mais beneficia do projeto europeu, das vantagens da mobilidade, da moeda única e da paz e segurança. O projeto foi apresentado em 2018 e, por isso, trabalhámos com os resultados eleitorais de 2014 (as últimas eleições europeias foram em 2019).

Quais foram então os números da abstenção a nível europeu, em 2014?

A taxa geral de abstenção foi superior a 50% na sua globalidade (embora com discrepâncias entre países), mas quando olhamos para o perfil dos abstencionistas a maioria é jovem. Quem vota menos são os primeiros votantes, aqueles que à data do voto já têm os 18 anos e vão votar pela primeira vez para o PE. Em Portugal, em 2014, registámos apenas 33,67% de participação, o que é muitíssimo baixo. Mas em 2019 ainda foi pior: 30,75% de votantes. Mas não éramos o único caso e nem o pior, basta olhar para alguns dos 10 do alargamento de 2004 ou para os nossos parceiros de projeto, a Itália e a Holanda. Em Itália, em 2014, votaram apenas 57,22% e digo apenas porque foi a mais baixa votação de sempre, só ultrapassada pelos 54,5 de 2019. E em Itália até há incentivos cívicos à participação eleitoral... Nos Países Baixos votaram, em 2014, 37,32%. Em 2019 subiu para 41,93%.

Quem vota menos são os primeiros votantes, aqueles que à data do voto já têm os 18 anos e vão votar pela primeira vez para o Parlamento Europeu

A que conclusões chegaram sobre as causas desse alheamento voluntário?

Esse era o objetivo principal do projeto. Não se tratava de encontrar bodes expiatórios, mas “pensar para decidir e mudar” (o nosso *slogan*). Estávamos a poucos meses das eleições de 2019 e queríamos fazer pensar os jovens europeus sobre a razão do seu afastamento: pô-los a decidir e a mudar a realidade europeia através do voto. Até às eleições (maio de 2019), conseguimos desenvolver um conjunto de ações, e aquilo que concluímos foi que os jovens europeus sentiam que a linguagem, a narrativa, a realidade europeia não lhes chegava. São jovens que já contactaram com a realidade europeia, no sentido em que já tinham como adquiridos programas como o Erasmus, a moeda única ou a livre circulação. E, portanto, para eles, a Europa era algo totalmente adquirido. Não tinham qualquer ligação à Europa da guerra, da conflitualidade, para eles a Europa da paz estava absolutamente

adquirida. Esse distanciamento acontecia, não só em relação às eleições para o PE, mas também relativamente às eleições no seu próprio país. Sentem que a linguagem dos partidos políticos não vai ao encontro das suas verdadeiras preocupações. Além de não se sentirem ouvidos, os jovens sentem que não têm acesso às oportunidades como gostariam, que há um elevado nível de desemprego jovem que os faz distanciar daquilo que esperavam ser a assistência e a provedoria que os Estados e que a UE devem ter em relação a estes jovens. Concluímos também que estes jovens, se forem devidamente mobilizados e ouvidos, sobretudo para as causas que lhes interessam, querem ter uma voz. E, desse ponto de vista, identificámos concretamente uma matéria, uma causa, que os une, e que os faz mobilizar, que é o ambiente e a sustentabilidade. Isso é muito importante, porque não só são inspirados por personalidades como Greta Thunberg, mas também porque quando olhamos para o trabalho desta nova Comissão Europeia (CE), a dimensão ambiental é aquela que está mais presente como prioridade para os próximos anos.

Já estamos a falar da Comissão Von der Leyen?

Exatamente. E neste contexto, os jovens querem ser ouvidos, os jovens têm opinião e querem mobilizar-se. Mas querem mobilizar-se por causas concretas,

porque sentem que o sistema político como está construído, seja a nível nacional seja a nível europeu, distancia-se completamente da sua capacidade de ter voz e da sua capacidade de ação. Nas ações de formação que desenvolvemos, percebemos claramente que a causa ambiental tem a capacidade de os mobilizar e galvanizar, não só para moldarem o futuro do seu país, mas também o da própria UE. Aquilo que fez com que alguns jovens fossem votar nas eleições de 2019 foi também a convicção e a expectativa de que pudessem ter uma voz neste novo período de reflexão da UE.

Houve alguma mudança ao nível do discurso dos partidos, das instituições ou dos políticos europeus e nacionais que, de alguma maneira, mobilizasse a participação dos jovens ou, pelo contrário, está tudo na mesma?

Há um sinal interessante da comissão Von der Leyen que se prende com a Conferência sobre o Futuro da Europa, que se iniciou a 9 de maio de 2020, e que vai durar dois anos, e um dos grandes objetivos é exatamente descentralizar atividades e ações que devolvam aos jovens a principal voz na Europa. Agora, a questão é saber se tal vai ficar no papel, ou se efetivamente vai ter implicações práticas. A verdade é que, mesmo na Comissão anterior, foram desenvolvidas várias iniciativas descentralizadas que tinham

Como se muda a União Europeia



O projeto *ChangEU – think, decide, change* iniciou-se nas vésperas das eleições para o Parlamento Europeu em 2019, com o objetivo de sensibilizar os europeus para as elevadas taxas de abstenção. Em Portugal, quase 70% dos eleitores não votaram, o que gerou um sobressalto cívico entre os investigadores do Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte). A investigação coordenada por Ana Isabel Xavier foi ajustada para o formato digital por causa

da pandemia, mas já realizou 10 ações de formação em três países diferentes e atingiu diretamente mais de 600 jovens europeus, não contando com a divulgação nas redes sociais. Um dos objetivos adicionais seria alargar a investigação às universidades séniores, para lhe conferir uma dinâmica intergeracional, mas com o término do projeto no final de 2019 e a atual situação epidemiológica, esse objetivo ficará para uma nova candidatura.

como objetivo dar voz aos cidadãos europeus, nomeadamente o diálogo com os cidadãos que, inclusivamente em Portugal, percorreram as várias universidades. O que sentimos é que muitas vezes, o impacto daquela conferência, daquela formação, fica retido naquelas duas horas em que decorre. O que tentamos com o ChangEU é dar-lhes ferramentas para, como diz o projeto, pensar, decidir e agir para a mudança.

E conseguem medir se os jovens ficam mais sensíveis para a participação? As ações de formação desenvolvidas neste projeto de investigação são suficientes para mobilizar a participação, mesmo que parcial?

Nenhum projeto isolado é, por si só, suficiente. No fundo, criamos uma semente para que se desperte o sentido cívico. Porque, a partir do momento em que o sentido cívico é despertado, os jovens têm naturalmente vontade de quererem manter isso como preocupação regular. Na nossa formação, socorremos-nos de um exercício sugerido pelo anterior presidente da CE, Jean Claude Juncker, de imaginar cinco cenários. O primeiro cenário era o de continuar como estamos neste momento, mantendo o ritmo atual; o segundo era os Estados membros concentrarem-se apenas no mercado único, e portanto numa dimensão meramente económico-comercial; o terceiro era o velho debate da Europa a várias velocidades, sem que isso fosse uma fatalidade mas uma oportunidade; o quarto era fazer menos mas de modo eficiente, ou seja, a UE focar-se em áreas específicas da política europeia que lhe permitisse ser um ator reconhecido na esfera internacional; e o quinto e último cenário, que era o ideal, era fazermos muito mais todos juntos. Pedimos aos jovens que escolham apenas um dos cenários e eles normalmente escolhem os mais ambiciosos. Isso demonstra que estes jovens não querem uma União do pouquinho, não querem uma UE de poucos Estados ou de atividades redutoras. Eles querem uma UE que efetivamente lhes dê um projeto para o seu próprio futuro. Observámos algumas tendências. A primeira é que têm consciência do projeto europeu, no sentido de perceber que há limitações, há vulnerabilidades, mas também há oportunidades para catalisar a vontade política dos Estados membros em prol da cidadania europeia. A segunda grande tendência que encontramos é que estes jovens, exatamente por serem jovens,

As áreas a que os jovens estão mais sensíveis são as do ambiente e do emprego. Porque querem uma Europa que lhes dê oportunidades de trabalho e que tenha sustentabilidade ambiental

querem que a UE exista, mas querem que esta seja forte, solidária, unida e que seja capaz de ter no mundo uma voz distintiva de outros atores. E a terceira grande tendência que identificámos é que os jovens querem escolher as áreas em que gostariam que a UE fosse mais interventiva.

Quais são essas áreas?

As áreas particulares a que estão mais sensíveis são a dimensão ambiental e a dimensão de emprego. Porque querem uma Europa que lhes dê oportunidades de trabalho, e querem uma Europa onde efetivamente a resiliência se faça pela via da sustentabilidade ambiental. Outro aspeto relevante é o facto de aquilo que move e que preocupa os jovens portugueses, economia e ambiente, é o mesmo que preocupa os jovens holandeses e italianos. Portanto, há de facto uma cidadania jovem europeia que se mobiliza pelas mesmas causas, o que é também muito importante para galvanizar estes jovens à escala europeia.

E essa vontade não é percebida pelos dirigentes europeus? Há uma dessintonia...

Mais do que uma dessintonia, diria que há aqui um *gap* estrutural entre aquilo que são as expectativas

e as capacidades reais. Ou seja, há claramente no debate europeu, uma diferença real entre aquilo que são as expectativas do grupo de países que, normalmente, associamos aos países do Sul, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália e Grécia, e os países do Norte e Centro da Europa, os famosos frugais. Essa diferença sempre existiu, e, no final do ano passado, antes da pandemia, já se vinha a revelar, porque já no final de 2019 se estava a preparar a negociação deste Quadro Financeiro Plurianual. Portanto, já na altura se começou a perceber claramente que havia uma expectativa e uma perspetiva que os países do Sul queriam ter um reforço de políticas relacionadas com a dimensão da coesão, e, por outro lado, países do Norte e também da Europa Central que queriam que as prioridades da Comissão fossem, também do ponto de vista financeiro, na resiliência digital e na dimensão ambiental, ou seja, na Europa verde digital. E, embora sejam aspetos importantes para os países do Sul, não são prioritários quando se quer relançar a economia na perspetiva da coesão. Ora bem, esta *décalage* acabou por se reforçar com a pandemia, porque foram exatamente os países do Sul que acabaram por sentir um impacto maior da crise. E, portanto, perante o impacto da pandemia, o que estes países quiseram demonstrar é que, ou a Europa era solidária no sentido de acionar rapidamente um fundo de apoio para aqueles países que assim necessitassem de contrair empréstimos ou de recorrer a um fundo, mesmo que este fosse um fundo perdido para fazer face às necessidades reais, ou a UE estava nitidamente a demonstrar que não era solidária.

A UE está sem capacidade de resposta para os problemas do nosso tempo?

Claramente que, do mesmo modo que as migrações em 2015 revelaram uma enorme disparidade na capacidade de resposta da UE, esta pandemia e a crise subsequente mostraram que a Europa parece só estar preparada para situações de relativa paz e estabilidade. A UE não está preparada para reagir em situações de crise, muito menos a ultrapassarem situações de divisão estrutural. Um dos reflexos dessa incapacidade é a disseminação de movimentos populistas um pouco por toda a Europa, o crescimento da extrema-direita e a expansão dos discursos de ódio e extremistas nas redes sociais. Os Estados, em primeiro lugar, e a EU, em segundo lugar, não estão

Iscte pioneiro na Europa



O ChangEU é o primeiro projeto português contemplado pela Comissão Europeia nesta linha de financiamento “Europa para os cidadãos”. Foi esse otimismo que motivou o CEI-Iscte a concorrer com um outro projeto, No Wall, focado no impacto da queda do Muro de Berlim, 30 anos depois, para a memória europeia. Portugal tem um ponto focal de acompanhamento destes projetos no Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que acolheu com muita satisfação o facto de, pela primeira vez, o Iscte e o CEI-Iscte colocarem o nome de Portugal nestas linhas de financiamento. Estão em curso novas candidaturas também em parceria com outros Estados-membros.

a ser capazes de dar aos cidadãos europeus condições efetivas de empregabilidade e de bem-estar. Quando olhamos para o perfil de pessoas que estão a ser radicalizadas, seduzidas e atraídas por este tipo de movimentos, ou que lideram este tipo de movimentos, vemos sobretudo pessoas que estão revoltadas e frustradas com o sistema como ele existe. Um sistema que é sobretudo opressor da economia. E, portanto, não só não querem a austeridade, como querem uma economia a crescer e que dê oportunidades a todos. E essa capacidade de resposta não está a ser dada, nem pelos Estados nem pela UE. A pandemia veio reforçar a sensação quanto a essa incapacidade de resposta, porque, mesmo com o próximo Quadro Financeiro Plurianual e o fundo de recuperação, os próximos meses serão de estagnação (ou até recessão) na Zona Euro.

Os jovens mostram-se sensíveis às consequências do alheamento e da abstenção?

Os jovens percebem que há um impacto da inação, ou seja, que não votarem e não se interessarem tem consequências. Uma delas é dar espaço para que outros, mais radicais no seu discurso, ocupem esse espaço. Na política, há horror ao vazio, e os espaços vazios preenchem-se rapidamente. Só que, normalmente, e a história também nos mostra isso, preenchem-se com extremismos e discursos radicais. Mas verificamos, por exemplo em Itália, que os jovens sentem que a sua voz isolada não muda o sistema. E, portanto, temos aqui uma lógica circular de causa-efeito, isto é, querem participar, mas não veem oportunidades para participar e acabam por desistir e alhear-se. E, no fundo, dão o lugar a outros para o fazerem.

Qual é a metodologia usada no vosso projeto de investigação?

A nossa metodologia está enquadrada exclusivamente em dinâmicas de educação não formal, em instrumentos e técnicas que têm como objetivo principal devolver a reflexão ao grupo. Os formadores têm um alinhamento, plano ou guião pré-definidos, mas cada ação de formação é completamente diferente das restantes, porque o grupo define e comanda a linha de orientação. No fundo, aquilo que fazemos é despertar os assuntos, dar orientações sobre questões que possam estar a ser mal percecionadas, mas o processo de aprendizagem é do grupo. As conclusões a que se chega em cada formação são do próprio grupo, que não só escolhe o cenário que quer para a Europa, mas sobretudo o modo como gostaria de o implementar.

Que ideias vão fazer chegar a Bruxelas, a partir deste estudo?

Há em toda a Europa mecanismos interessantes de participação dos jovens. Em Portugal temos casos de sucesso muito interessantes que começam a galvanizar os jovens desde muito cedo. Temos um Conselho Nacional de Juventude que agrega as várias organizações juvenis em projetos de educação, formação e projetos cooperativos; temos o Parlamento dos Jovens, ou os Conselhos Municipais

de Juventude. E tudo isso dá aos jovens a possibilidade de, de forma regular e não só nas vésperas de eleições europeias ou legislativas, terem uma voz. Assim, uma das principais recomendações que temos é que as boas práticas que existem em alguns Estados membros acabem por ser disseminadas a nível europeu. Para além disso, seria recomendável que, no âmbito de uma verdadeira diplomacia pública, o PE desenvolvesse de forma permanente um programa de apoio a visitas institucionais de jovens para, em Bruxelas, conhecerem e privarem com os interlocutores europeus e, sobretudo, serem ouvidos.

Um eventual Parlamento Europeu dos jovens deveria ter peso e relevância institucional, ou meramente simbólico?

Na realidade, já existe um European Youth Parliament, mas é dirigido por jovens, para jovens e são os membros da organização que, em conjunto, dirigem e moldam o futuro de um programa educacional *peer to peer*. Não é um órgão ou parte do sistema da UE, embora os presidentes da CE e do PE

Os números do sobressalto

A taxa de participação cada vez mais reduzida nas eleições europeias foi catalisadora deste projeto. Os números nos estados membros parceiros deste projeto, onde nalguns casos existem incentivos cívicos à votação, são assustadores:

ITÁLIA
57,22%

HOLANDA
37,32%

PORTUGAL
33,67%

MÉDIA DA UE
42,61%

sejam membros do Comité de Honra. A nossa proposta é que, de alguma forma, no âmbito institucional da UE, e de forma permanente, os jovens tenham um peso e relevância institucional e que a suas reflexões sejam efetivamente ouvidas. Não precisamos de inventar a roda. Já existe uma plataforma da Juventude do PE (um Grupo de Interesse fundado por eurodeputados) que têm as questões da juventude no topo das suas agendas políticas. Já existe um Fórum Europeu da Juventude, enquanto grupo de plataforma e defesa dos conselhos nacionais da juventude e organizações internacionais não governamentais da juventude na Europa. Mas ainda há margem de progresso para a institucionalização destas iniciativas. Porque a verdade é que os jovens europeus sentem que até dispõem de meios de reflexão e de comunicação que os seus pais não tinham, já que as nas redes sociais qualquer um de nós pode dar a sua opinião e ser ouvido. Mas a questão é qual é que é a amplitude que essa opinião depois tem nos órgãos responsáveis. E é por isso que o símbolo do nosso projeto é o megafone.

Porque é que é importante votar? Essa é uma das perguntas do vosso trabalho. Para os jovens que nos leem, qual é a resposta?

É importante votar porque, mais do que um direito, é um dever cívico. Estamos muito pouco habituados a falar de deveres, mas a nossa consciência cidadã tem que assumir que só depois é que vêm os direitos. Desde logo, por aquilo que encerra a história do direito ao voto, por aquilo que os nossos antepassados tiveram que lutar para que fosse efetivamente universal. Segundo, porque votar significa termos uma voz. Uma voz que não é a dos outros, é a nossa. Uma voz que não fica em branco, mas uma voz que representa algo. Mesmo que seja um voto de protesto, é um voto. É também importante votar porque nos capacita para ter legitimidade para reclamar e para reivindicar melhores condições.

E também para não deixarmos que outros decidam por nós...

Claro que sim, isso é muito importante. Há muitos estudos que colocam o cenário de mostrar nos parlamentos os lugares vazios correspondentes

Na política, há horror ao vazio, e os espaços vazios preenchem-se rapidamente. Por isso, o afastamento de muitos da política dá espaço aos mais radicais para exporem o seu discurso

à abstenção. Com essas imagens simbólicas teríamos uma maior noção de qual é o impacto de não votar. O impacto de votar pode parecer-nos residual, por isso é fundamental perceber que é muito maior o impacto de não votar.

É possível avaliar, nas vossas ações de formação, o nível de confiança que os jovens têm nas instituições europeias?

Criámos uma atividade que é dar a cada formando três cartões: um cartão verde, um cartão amarelo e um cartão vermelho. E a primeira pergunta que fazemos é: tendo em conta aquilo que conhecem do projeto europeu, daquilo que veem, daquilo que percebem, se quisessem, neste momento, dar um sinal claro à Europa, que sinal é que davam? O sinal verde para continuarem como está porque está a correr bem? Um sinal amarelo no sentido em que há otimismo, há expectativa, mas há aspetos que têm que ser melhorados? Ou um sinal vermelho no sentido de pararmos de vez com este projeto europeu? E, invariavelmente, 85% da intenção deste voto é no cartão amarelo. Ou seja, é no meio termo. O projeto europeu é para continuar, mas com mudanças. ■



A revolução energética começa em casa

e com pequenos gestos

**NUNO
BENTO**

Investigador
Dinâmia'CET

**As lâmpadas led, as bicicletas elétricas
ou os eletrodomésticos eficientes
podem ser mais eficazes para alcançarmos
os objetivos globais de descarbonização do que
o investimento em grandes projetos.**

Num artigo publicado recentemente na revista *Science* por um grupo de investigadores do qual faz parte, defende-se a ideia de que a descarbonização pode ser acelerada com pequenas inovações.

Nesse artigo, resultante de um projeto de investigação que envolveu equipas de vários países, concluímos que as tecnologias mais pequenas podem disseminar-se mais rapidamente do que as inovações de grande escala, contribuindo para uma descarbonização mais acelerada. Essa maior velocidade da mudança está associada às características das tecnologias mais pequenas, como a rapidez na implementação, o facto de permitir mais facilmente contornar bloqueios tecnológicos e também o facto de ter melhor aceitabilidade social. Tradicionalmente, os governos tendem a apostar em projetos maiores, mais sonantes, como grandes instalações de energias renováveis, barragens ou centrais nucleares, visando alcançar resultados mais rápidos. Mas o que os dados mostram é que essa estratégia tem muitos riscos (financeiros, aceitação, etc.). A disseminação de tecnologias de menor escala – como termóstatos inteligentes, bicicletas elétricas, táxis compartilhados ou bombas de calor – é mais eficiente na redução de CO₂ do que grandes tecnologias energéticas, dando assim um contributo mais rápido para o cumprimento das metas climáticas globais definidas pelo Acordo de Paris. Incorporar estas soluções nas residências, tal como mudar as rotinas diárias de milhares de milhões de pessoas em todo o mundo, irá facilitar os progressos sem ser preciso recorrer a grandes infraestruturas que custam quantidades imensas de dinheiro.

A disseminação de tecnologias de menor escala – como termóstatos inteligentes, bicicletas elétricas, táxis compartilhados ou bombas de calor – é mais eficiente na redução de CO₂ do que grandes tecnologias energéticas

Como chegaram a essa conclusão? Que dados analisaram? Que metodologias utilizaram?

A investigação baseia-se em meta-análises exaustivas de bases de dados existentes, previamente publicadas em fontes credíveis (Agência Internacional de Energia e da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos.), ou em artigos e relatórios com revisão por pares (*peer-review*), recolha de dados primários, num trabalho de oito anos. Os estudos foram

desenvolvidos por uma equipa em que participo com o Prof. Arnulf Grubler, do IIASA – International Institute for Applied Systems Analysis (Áustria), e o Prof. Charlie Wilson, do Tyndal Centre for Climate Change Research (Reino Unido). Construámos uma grande base de dados por dimensões relevantes para o estudo dos efeitos do tamanho na difusão, uma escolha determinada pela experiência do grupo no estudo da difusão de inovações. As tecnologias foram escolhidas segundo critérios de: economia, viabilidade, suficiência e falsificação (teórica). Foram realizadas análises simples de correlações, mas que fornecem conclusões robustas. Os argumentos a favor da pequena escala datam de pelo menos 1970, quando Schumacher, Lovins e outros argumentaram a favor das tecnologias distribuídas e de menor escala, tendo em conta os seus benefícios mais descentralizados e as vantagens em termos de acessibilidade e de rentabilidade.

Este trabalho surge na sequência de outros que tem vindo a realizar na mesma área. Fale-me um pouco desse conjunto de trabalhos?

Os trabalhos mais diretamente relacionados com este foram o projeto LED e um outro sobre a fase formativa de inovações tecnológicas. Desenvolvemos um cenário de muito baixa procura de energia (LED do acrónimo em inglês “Low Energy Demand”), que diminui o tamanho do sistema energético mundial em 2050 e assim resolve mais facilmente os desafios de descarbonização, sem perda de qualidade de vida e com acesso aos serviços energéticos nos países mais pobres. O conceito LED parte da constatação de que uma unidade economizada no consumo de energia corresponde a uma economia de mais de três unidades na produção de energia, consequência de menores perdas durante as sucessivas conversões energéticas na cadeia de valor. Essa alavanca (da redução do consumo de energia), potenciada pela digitalização e pela desmaterialização em curso (por exemplo, com o recurso a smartphones que substituem o uso de dezenas de aparelhos como o alarme, o GPS, etc.), permite projetar alterações muito significativas (redução) no sistema energético sem diminuição na provisão dos serviços essenciais. O resultado do projeto LED foi publicado na *Nature Energy*, em 2018, e foi realmente inovador no debate científico, porque levou a um basculamento da lógica vigente centrada nas fontes de produção de

energia primária (renováveis, petróleo, carvão, nuclear, etc.) para uma outra centrada no fornecimento de serviços energéticos (transporte/mobilidade, edifícios, bens manufacturados e eletrodomésticos, etc.). No final, o que interessa é o serviço que a energia proporciona (mover, aquecer/arrefecer, força/trabalho, etc.) e não a energia que está por detrás desse serviço (por exemplo, cinco litros de gasolina), certo? Este tornou-se num dos cenários de referência do relatório especial Aquecimento Global de 1,5 °C, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em 2018. O outro trabalho estimou a duração da fase formativa de uma série de inovações tecnológicas marcantes, sobretudo do séc. XX, quer da produção (centrais elétricas a gás, refinarias...), quer do uso de energia (bicicletas, carros, telemóveis...). O estudo concluiu que as tecnologias precisam em média de cerca de 20 anos para, a partir do primeiro ano de produção ininterrupta, fazerem descolar as vendas e começarem a produzir algum impacto. O artigo mostra igualmente que, em determinadas situações, esse período pode ser mais curto, nomeadamente se a tecnologia for uma clara substituta de uma tecnologia existente (por exemplo, as centrais a gás natural que substituíram as centrais a carvão). Mostra ainda os limites de algumas estratégias que pretendem resolver o problema da descarbonização numa janela temporal de menos de 20 anos com tecnologias que ainda nem sequer chegaram à comercialização.

Que apreciação faz das políticas, especialmente europeias e portuguesas, para a descarbonização?

O Pacto Verde (Green Deal), da nova Comissão Europeia, a qual coloca a questão climática no centro da sua ação, demonstra uma grande consciencialização e vontade de resolver o problema. A Europa quer cortar mais de metade (50-55%) das emissões até 2030 e atingir a neutralidade carbónica em 2050, em linha com o que protagoniza o relatório especial 1.5°C do IPCC. Com mil milhões de euros em dez anos, a UE espera libertar os meios para responder a um problema que é cada vez mais uma prioridade dos cidadãos, em particular dos mais jovens (cf. o Eurobarómetro dos últimos meses). Persistem questões sobre a aplicabilidade deste programa, nomeadamente no que toca à gestão da transição e da aceitação social, do impacto nos investimentos privados e nos efeitos na competitividade internacional. Portugal, em linha com

entre

a tendência na Europa, aumentou recentemente as suas metas de redução das emissões de gases de efeito de estufa para entre -45 e -55% até 2030 em relação a 2005 (PNEC 2030), e para alcançar a neutralidade carbónica em 2050 (RNC 2050). Na prática, há motivos para preocupação, porque, por exemplo, num setor importante como o dos transportes, que tem de reduzir as emissões em 40% em menos de 10 anos, existem iniciativas interessantes, nomeadamente em Lisboa com a ideia de limitação do tráfego automóvel no centro, mas vejo progressos muito lentos no resto do país e, além disso, tendências contraditórias: os transportes públicos ainda não são suficientemente atrativos face ao transporte individual; há poucos incentivos à diminuição das deslocações (embora a pandemia tenha feito aumentar o teletrabalho, mas é cedo para aferir se se trata de algo de duradouro); o crescimento da eletrificação automóvel, mas com a crescente importação de viaturas antigas mais poluentes; uma ferrovia com muitas limitações fora das áreas de Lisboa, Porto e Coimbra. A tudo isto junta-se o projeto do novo

aeroporto de Lisboa, que irá contribuir para o aumento das emissões. Se o aeroporto é mesmo tão urgente, por que razão ninguém – como presidentes de câmara do interior – pede medidas de mitigação do aumento das emissões, como por exemplo um investimento reforçado na qualidade e expansão da ferrovia (eletrificada) em Portugal? A aceitação social é importante, como vimos no episódio da substituição do diesel, num país em que tem cerca de metade da frota automóvel com esse combustível e a sua principal fábrica ainda está muito dependente de uma motorização a descontinuar (gasóleo). Não será com a pressão de «ou ganha um carro elétrico para produzir, ou fecha dentro de 2-3 anos», como declarado recentemente pelo diretor da PSA em Mangualde, que se conseguirá resolver o problema com a Autoeuropa. Isso requererá começar a pensar desde já na reformulação das cadeias de fornecimento e em particular na adequação do cluster auto em Portugal para se orientar mais para a eletrificação automóvel. Em suma, o panorama setorial nacional é, até ver, cinzento.

Dúvidas sobre o hidrogénio

Como comenta o debate que surgiu nos últimos meses em Portugal sobre o hidrogénio?

O hidrogénio é uma solução emergente, com potencial para ajudar na descarbonização da economia. No entanto, o processo foi um pouco surpreendente. Em meados de 2019, o governo aprovou o roteiro para a neutralidade carbónica em 2050, no qual o hidrogénio aparece com um peso limitado no final desse período. Poucos meses mais tarde, o hidrogénio passa a ser uma grande prioridade para implementação para “amanhã”, em que se investem sete mil milhões de euros, dos quais cerca de 900 milhões saem do orçamento do estado. Esta situação coloca pelo menos duas questões. Primeiro, justificar o investimento com o argumento de que uma parte dessa verba provem da ajuda europeia à crise pandémica não é *per se* suficiente, porque esse dinheiro tem um custo. E mesmo

que uma parte desse investimento seja a fundo perdido, existe sempre o custo de oportunidade de deixar de ser mobilizável para outras necessidades. Imaginemos o impacto que teria na economia e no emprego se esses 900 milhões de euros fossem antes colocados na renovação do edificado ou no combate à pobreza energética. Não só traria provavelmente maiores benefícios em termos da redução das emissões carbónicas e da diminuição das importações de petróleo e gás natural, como ainda esses benefícios chegariam a mais setores da economia e a mais pessoas. Lembremo-nos das vantagens da granularidade. Em segundo lugar, há questões que também se levantam de um de um ponto de vista tecnológico. Por exemplo, o Japão optou por um apoio à instalação de pilhas combustíveis pequenas, o que permitiu a difusão de dezenas de milhares de unidades, melhorias na eficiência energética dos edifícios,

As metas fixadas internacionalmente para a des-carbonização são realizáveis?

Sim, tal como está definido no nosso cenário LED. A apresentação mundial do cenário ocorreu no Iscte e chamámos os departamentos potencialmente interessados do Ministério do Ambiente, assim como os responsáveis pela elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC) de modo a assegurar que a mensagem passava a quem teria eventualmente interesse que passasse.

Como se interessou por estas áreas?

Quando fiz o mestrado de economia política internacional na Universidade de Grenoble, optei pela vertente da sustentabilidade. Fiquei logo apaixonado pelas questões ligadas à energia, alterações climáticas e políticas de ciência e tecnologia que são grandes desafios sociais que irão estruturar o futuro da humanidade.

Tem estado envolvido em projetos transnacionais de investigação. Deriva da sua formação em universidades estrangeiras?

De certa forma, sim. Depois da licenciatura em Economia na FEP (U.Porto), fui para a Universidade de Grenoble (onde tinha feito o 4.º ano em Erasmus) para fazer o mestrado. Concluída essa fase, recebi uma bolsa de doutoramento do ministério da educação francês, que se revelou crucial para a elaboração da tese. Durante o doutoramento, passei o 2.º ano no Institute of Transportation Studies da Universidade da Califórnia, em Davis, sob a orientação de uma especialista reconhecida em infraestruturas energéticas, particularmente do hidrogénio (Prof. Joan Ogden). Em 2010, concluí o doutoramento sobre os desafios ao desenvolvimento de uma economia do hidrogénio, quando ainda havia muita incerteza em relação a este tema, num laboratório com tradição na área da energia e políticas energéticas, que pertence ao centro nacional da investigação científica gaulesa ou CNRS. Tive a sorte de ser um dos últimos doutorandos

o estabelecimento de competências industriais e uma divisão por quatro do preço das pilhas combustíveis no espaço de uma década. Pelo menos duas lições podem ser retiradas deste caso. Por um lado, o hidrogénio é um vetor energético muito flexível e permite múltiplas configurações; projetos mais pequenos nos edifícios, transportes, etc., podem reduzir os riscos e trazer grandes benefícios. Por outro lado, este caso alerta para o perigo de se adotar uma tecnologia emergente em grande escala (que é maioritariamente importada, sublinhe-se). Daqui a alguns anos há o risco de os portugueses terem de continuar a pagar por uma tecnologia menos eficaz e mais cara. Os poderes públicos teriam feito melhor em esclarecer de que modo as suas escolhas não comportam mais riscos para o bloqueio da transição energética a um paradigma centralizado e não prejudicam a competitividade da indústria nacional.

Em suma, a experiência indica que a pior política de ciência e tecnologia, particularmente na área da energia, é uma política inconstante do tipo “liga e desliga”. Nesse sentido é importante que os decisores recolham o mais possível todo o conhecimento existente na economia para poderem tomar decisões mais informadas e criar uma estratégia de sociedade. Isso é desenvolvimento. As universidades, em particular o Iscte, por dispor de uma série de competências críticas para a sustentabilidade nas áreas da economia, gestão, tecnologia, arquitetura, etc., tem um papel importante para auxiliar na definição das políticas. Parece-me assim que deveria haver um esforço, de ambas as partes, para aumentar a transferência desse conhecimento. Pela nossa parte, iremos continuar a trabalhar para preparar o futuro.

Há motivos de preocupação sobre a capacidade de Portugal atingir a neutralidade carbónica em 2050

do Prof. Jean-Pierre Angelier, um especialista francês em organização das indústrias de redes energéticas como da eletricidade e do gás natural. Mais tarde, obtive uma bolsa de pós-doutoramento no IIASA, um dos principais centros de investigação mundial na área da tecnologia, inovação e estudos climáticos. Tive a sorte de ser orientado pelo Prof. Arnulf Grübler, uma referência mundial nessas matérias e com quem continuei depois a colaborar. Quando regresssei a Portugal, em 2012, iniciei uma investigação pós-doutoral no Dinâmia'Cet e por essa via com vínculo ao Iscte, sob a orientação da Prof. Margarida Fontes, acerca da evolução da capacidade nacional de adoção de inovações tecnológicas da energia. Desde então que colaboramos regularmente em múltiplas investigações (difusão da energia eólica em Portugal, padrões e fatores de difusão espacial, mudança transformadora no setor do oceano). Em 2015 e 2016, realizei um trabalho de investigação na Harvard Kennedy School, onde trabalhei com Henry Lee e Laura Diaz Anadon, sobre políticas de ciência e tecnologia para a sustentabilidade e, mais concretamente, sobre as dinâmicas da fase formativa das tecnologias. Em 2018, tornei-me investigador contratado do Iscte.

Muito do seu trabalho é realizado em equipas internacionais. Descreva-nos o ambiente desse trabalho.

Recordo muitas vezes um conselho que me deram em Harvard: a investigação já é uma profissão tão solitária, que devemos colaborar com pessoas das quais pessoalmente gostamos. As pessoas com quem trabalho são geralmente muito exigentes. Por exemplo, tenho uma longa colaboração com antigos colegas que tive no IIASA (alguns deles estão agora espalhados por outras instituições na Europa e nos EUA). É muito gratificante trabalhar com eles em tópicos fascinantes e importantes, com pessoas que se

tornaram nossas amigas, mas isso também as coloca mais à vontade para serem ainda mais frontais quando as coisas não correm bem. Espírito de sacrifício e resiliência são fundamentais nesses momentos. E vontade de trabalhar também é importante. Praticamente todos os anos passo algumas semanas das férias a investigar com esse grupo. Felizmente que a família compreende a importância desse trabalho, apoia e por vezes também entra na dinâmica. É uma interação permanente, por vezes diária, a maioria das vezes por email ou teleconferência.

Considera que os investigadores das áreas das ciências sociais influenciam, ou deveriam influenciar, as decisões políticas? Qual a sua experiência nessa matéria?

O principal problema é que, muitas vezes, a decisão política é tomada primeiro e só depois vêm os estudos. E isso acontece em vários contextos. Temos de olhar para os melhores exemplos, dos países mais ricos como os EUA, Reino Unido ou Alemanha, nos quais o debate para a aprovação de leis está geralmente associado à publicação de algum estudo. É muito gratificante fazer investigações relevantes com capacidade de influenciar as políticas e mudar alguma coisa na realidade. Mostra a utilidade do que fazemos. Mas não devemos ficar reféns da vontade de querer aparecer ou de mudar as políticas. Há investigações que fiz, como a da fase formativa da energia, que hoje têm uma mensagem muito forte para as políticas mas que durante os anos em que trabalhei nelas não se vislumbrava essa aplicabilidade. A diferença é que eu acreditava que estava a lidar com um tópico estimulante e importante e fui trabalhando nele ao longo do tempo, motivado pela dificuldade do desafio e sem pensar nas implicações. Mas há casos em que temos de forçar para dar a conhecer os resultados aos decisores. Aconteceu, por exemplo, com o LED. Fizemos uma apresentação em Viseu, com os coautores, e o presidente da câmara, Almeida Henriques, ficou de tal maneira interessado que, na sequência desse evento, submetemos um projeto europeu sobre gestão da procura e *smart cities*, em conjunto com a Câmara de Viseu. Essa disseminação aconteceu novamente com o artigo sobre a granularidade das tecnologias, na *Science*, neste caso por via de workshops em agências internacionais como fizemos na AIE, em dezembro. E é claro que, se aparecerem oportunidades a nível do governo central, estaremos abertos. ■

iscte EM DATAS

1972 O Iscte foi criado, no quadro de uma reforma das universidades públicas apoiada e induzida pelos setores progressistas e desenvolvimentistas do regime autoritário, designando-se então Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

1978 Inauguração do Edifício 1

A partir de meados da década de 80, inicia-se um período de expansão das atividades de investigação e de ensino que se prolongará até aos anos 2000

1990 Estatuto consagra Iscte como instituto universitário

2002 Inauguração do Edifício 2

A partir de 2007, o Iscte centra a sua atividade em projetos de ensino pós-graduado e atividades de investigação, nas áreas disciplinares fundadoras: ciências empresariais, sociologia e políticas públicas, tecnologias de informação e comunicação, ciências sociais e humanas

2009 Criação das atuais quatro escolas

2018 São lançados novos cursos inexistentes no país, em Ação Humanitária e em Ciência de Dados

2020 Desenvolvimento dos projetos Iscte – Conhecimento e Inovação, Iscte – Sintra, Saúde Societal e formação de dirigentes da Administração Pública

Um espaço para inovar

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA